



# POLICY BRIEF

## O Direito à Energia Elétrica e o Direito do Consumidor

no Contexto de Implementação do Programa Luz  
Para todos no Território Indígena do Xingu



**IDGLOBAL**

Instituto de Direito Global



### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

O direito à energia elétrica e o direito do consumidor : no contexto de  
Implementação do Programa Luz para todos no território  
indígena do Xingu / Carlos s Pagano Botana Portugal Gouvêa;  
Dalila Martins Viol; Amanda Teles Marques; Isabela da Silva; Luís  
Gustavo Gonçalves Barreira; Aylla Monteiro de Oliveira. -- 1. ed. -  
- Belo Horizonte: Editora Expert, 2025.  
55 p.

ISBN 978-65-6006-185-9

1. Energia elétrica. 2. Defesa do consumidor - Legislação. 3.  
Indígenas da América do Sul - Brasil. 4. Política pública (Direito). I. Título.  
II. Instituto de Direito Global.

CDD: 343.07709481

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Acesso à energia elétrica no Brasil 333.793209481
2. Direitos dos povos indígenas brasileiros à infraestrutura e energia 323.119709481

Ruth Almeida Nonato

CRB6-3580/O

# **ID GLOBAL**

Instituto de Direito Global

**Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa**  
Diretor-Presidente

**Dalila Martins Viol**  
Diretora Executiva

**Amanda Teles Marques**  
Coordenadora-Geral

**Isabela da Silva**  
Pesquisadora

**Luís Gustavo Gonçalves Barreira**  
Pesquisador

**Aylla Monteiro de Oliveira**  
Pesquisadora

**Março 2025**

**Apoio:**



## RESUMO EXECUTIVO

Neste *Policy Brief*, o Instituto de Direito Global (IDGlobal) apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória da literatura e da jurisprudência, conduzida com o objetivo de refletir sobre possíveis soluções jurídicas para os desafios levantados pelo Instituto Socioambiental (ISA) e apresentados ao IDGlobal. Esses desafios dizem respeito à implementação do programa Luz para Todos (LpT) na Terra Indígena Wawí (TIW), parte do Território Indígena do Xingu (TIX), em que, por demanda da Associação Indígena Kisêjê (AIK), os demais povos do TIX foram convidados para discutir a implementação do programa LpT em todo o território, ante à similaridade dos desafios observados nas comunidades. Para isso, inicialmente, este documento descreve as questões apresentadas pelo ISA. Na sequência, contextualizamos tais questões a partir do Sistema Interligado Nacional (SIN), da política tarifária energética do País e do histórico e objetivo do LpT. Posteriormente, analisa a literatura e a jurisprudência com foco nos desafios postos, como instalação de voltagem e de sistemas fotovoltaicos para abastecimento das moradias; cobranças por parte da concessionária local (Energisa) e pagamentos pelos consumidores; atendimento da Energisa aos moradores e acordos entre as partes; dúvidas técnicas e legais dos moradores; e direito à consulta prévia, livre e informada das comunidades do TIX. Por fim, apresentam-se possíveis soluções jurídicas para as demandas a partir da pesquisa exploratória realizada. Os resultados encontrados pelo IDGlobal indicam: (i) descumprimento, por parte da Energisa, de normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Programa de Obras do LpT; (ii) inconsistências em relação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) no que tange às faturas de energia elétrica, medidores de consumo, funcionamento e instalação de relógios nas unidades consumidoras (UCs), insegurança de moradores ante à proximidade da instalação de sistemas fotovoltaicos e das residências, entre outros dissídios; (iii) insuficiência de informações sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), o Cadastro Único (CadÚnico) e o direito à assistência jurídica gratuita por meio da Defensoria Pública (DP) junto à comunidade; e (iv) possível desrespeito por parte da Energisa aos protocolos de consulta e às disposições da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ao final, apresentam-se recomendações para o aprimoramento das relações entre as comunidades indígenas do TIX, as concessionárias de energia elétrica, em especial a Energisa, e entidades governamentais e não governamentais.

**Palavras-chave:** Energia Elétrica; Programa Luz Para Todos; Povos Indígenas; Protocolos de Consulta; Direitos do Consumidor.



## 1. SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS APRESENTADAS PELO ISA AO IDGLOBAL

Este *Policy Brief* é resultado de uma pesquisa exploratória conduzida pelo Instituto de Direito Global (IDGlobal)<sup>1</sup>, organização sem fins lucrativos que tem por objetivo fortalecer a interlocução entre o setor público, privado, acadêmico e a sociedade civil incentivando a adoção de respostas criativas e inovadoras a desafios sociais, econômicos e jurídicos. O IDGlobal faz parte da Rede Energia e Comunidades (ReC)<sup>2</sup>, que reúne um conjunto de organizações comprometidas com o acesso à energia limpa e sustentável, com ênfase na região amazônica e nas populações originárias e tradicionais<sup>3</sup>.

Da ReC, também participa o Instituto Socioambiental (ISA)<sup>4</sup>, cuja atuação é voltada ao fortalecimento da autonomia das comunidades originárias e tradicionais, apoiando a proteção de seus territórios, a valorização de suas culturas e a defesa de seus direitos<sup>5</sup>. Entre as iniciativas promovidas pelo ISA destaca-se o “Xingu Solar”<sup>6</sup>, que já instalou diversos sistemas fotovoltaicos em várias aldeias do Território Indígena do Xingu (TIX)<sup>7</sup>. Tal iniciativa faz parte da implementação do programa Luz

---

<sup>1</sup> Para mais informações acesse: <https://www.idglobal.org.br>.

<sup>2</sup> Para mais informações acesse: <https://www.energiaecomunidades.com.br/>.

<sup>3</sup> De acordo com o ISA, as comunidades originárias e tradicionais se diferenciam pela ancestralidade, pois apenas os povos originários mantinham relação com a terra ocupada antes da colonização. Nesse sentido, todo povo originário pode ser considerado tradicional, mas nem todo povo tradicional pode ser considerado originário. Ver, INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Qual é a diferença entre povos e originários e povos tradicionais?* [s. l.]: ISA, 30 jan. 2024. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/qual-ediferenca-entre-povos-originais-e-povos-tradicionais>. Acesso em: 05 fev. 2025.

<sup>4</sup> O IDGlobal agradece o apoio do ISA à realização desta pesquisa, em especial ao Marcelo Martins pelas sugestões realizadas.

<sup>5</sup> Para mais informações acesse: <https://www.socioambiental.org/>.

<sup>6</sup> Ver, INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE. *Xingu Solar*: Como a energia renovável pode beneficiar o Território Indígena do Xingu. [s. l.]: IEMA, mar. 2019. Disponível em: [https://energiaeambiente.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio\\_xingusolar\\_1.pdf](https://energiaeambiente.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_xingusolar_1.pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

<sup>7</sup> O TIX é uma denominação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA), elaborado por indígenas do TIX. O território é composto por quatro terras indígenas contíguas, quais sejam: (i) Parque Indígena do Xingu (PIX); (ii) TIW; (iii) Terra Indígena Pequiza do Navoruto (TIPN); e (iv) Terra Indígena Batovi (TIB), possuindo uma área de cerca de 2,8 milhões de hectares. Ver, ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA XINGU et al. *Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu*. TIX: ATIX et al., [2015]. Disponível em:

para Todos (LpT), instituído por meio do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003 com o objetivo de levar energia elétrica às populações rurais e isoladas<sup>8</sup>.

Embora o programa LpT tenha alcançado notoriedade pela quantidade de pessoas assistidas desde sua criação<sup>9</sup>, as suas experiências quanto à sua implementação têm sido diversas no País. Um estudo de 2024 do Instituto de Defesa de Consumidores (IDEC) avaliou a implantação do programa LpT em regiões remotas da Amazônia Legal<sup>10</sup> e identificou incompatibilidade entre as regras do setor energético e as necessidades de consumidores não conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), os chamados sistemas *off-grid* (expressão em inglês que significa “fora da rede”<sup>11</sup>).

Entre as incompatibilidades detectadas no estudo do IDEC estão a dificuldade por parte dos moradores das comunidades em realizar o pagamento de faturas de energia dentro do vencimento e exercer seu direito à solicitação de informações e à reclamação<sup>12</sup>. De forma semelhante, lideranças dos povos Khisêjtê e Tapayuna<sup>13</sup>, residentes do Território Indígena Wawî (TIW), que é parte do TIX, relataram ao ISA questões sobre a cobrança cumulativa de faturas de energia elétrica e a ausência de informações adequada pela concessionária responsável sobre tal cumulação. No

---

<https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-projetoscartilhas-outros/ISA-PNGATI-PGTA-Xingu.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

<sup>8</sup> Ele foi revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019. Ver, BRASIL. *Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003*. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS” e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4873.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>9</sup> De acordo com o Governo Federal, 17,5 milhões de pessoas tiveram acesso ao serviço de energia elétrica entre 2003 e 2024. Ver, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Luz para Todos atinge 17,5 milhões de pessoas nos 21 anos do programa. Brasília, DF: MME, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/luz-para-todos-atinge-17-5-milhoes-de-pessoas-nos-21-anos-do-programa>. Acesso em: 14 mar. 2025.

<sup>10</sup> INSTITUTO DE DEFESA DE CONSUMIDORES. *No Escuro da Floresta: Situação de Exclusão Energética na Amazônia Legal e Lacunas nas Políticas Públicas de Acesso à Energia*. São Paulo: IDEC, jul. 2024. Disponível em: [https://idec.org.br/pdf/Idec\\_Relatorio-Exclusao-Energetica-nos-SISOL.pdf](https://idec.org.br/pdf/Idec_Relatorio-Exclusao-Energetica-nos-SISOL.pdf). Acesso em: 05 fev. 2025.

<sup>11</sup> Ver, CANAL SOLAR. *Sistema off-grid: como funciona?* São Paulo: Canal Solar, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://canalsolar.com.br/sistema-off-grid-como-funciona/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

<sup>12</sup> INSTITUTO DE DEFESA DE CONSUMIDORES. *No Escuro da Floresta: Situação de Exclusão Energética na Amazônia Legal e Lacunas nas Políticas Públicas de Acesso à Energia*. São Paulo: IDEC, jul. 2024. Disponível em: [https://idec.org.br/pdf/Idec\\_Relatorio-Exclusao-Energetica-nos-SISOL.pdf](https://idec.org.br/pdf/Idec_Relatorio-Exclusao-Energetica-nos-SISOL.pdf). Acesso em: 05 fev. 2025.

<sup>13</sup> INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Terra Indígena Wawî*. Brasil: ISA, 2007. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/6154>. Acesso em: 26 fev. 2025.

local, quem realiza a prestação do serviço público de energia elétrica é o grupo Energisa<sup>14</sup>.

As lideranças do TIX também relataram dúvidas quanto à tensão implementada nas comunidades (se o ideal seria 127V ou 220V), à adequação das instalações realizadas nas unidades consumidoras (UCs) e a capacidade dos sistemas fotovoltaicos instalados suprirem as necessidades de consumo das residências e, portanto, das famílias. Também foram relatados ao ISA a preocupação de moradores em relação à distância entre a instalação desses sistemas e de suas residências, ante a possibilidade de choques e outros incidentes que podem comprometer a segurança dos moradores das comunidades, e que estes solicitaram à Energisa a instalação de mais tomadas, até o momento sem respostas da concessionária.

Do mesmo modo, os representantes das comunidades narraram ao ISA ser frequente a inscrição de pessoas em programas de restrição ao crédito em virtude de inadimplemento, por solicitação da Energisa, sem que a população fosse orientada pela concessionária quanto às justificativas para essa medida. Ademais, relataram que nenhum das UCs recebeu relógios para controle de consumo de energia e que a Energisa teria prometido manter um período sem cobranças após a instalação de inversores, o que não teria sido respeitado, tendo em vista o envio de novos boletos logo após as instalações.

Outras informações dadas pelas lideranças ao ISA dizem respeito à promessa de troca de aparelhos e inversores ter ocorrido fora do prazo pactuado com as comunidades, o desrespeito às atas e aos calendários definidos em conjunto pelas comunidades e a Energisa, bem como a ausência de informações quanto à normas que tratam do Cadastro Único (CadÚnico). Os representantes também apresentaram dúvidas ao ISA quanto à constitucionalidade da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (COSIP) e à responsabilidade pela manutenção dos sistemas fotovoltaicos em razão de os moradores estarem pagando pela prestação desse serviço público.

---

<sup>14</sup> Ver, ENERGISA. *Perfil Corporativo*. Brasil: Energisa, [s. d.]. Disponível em: <https://ri.energisa.com.br/a-energisa/perfil-corporativo/>. Acesso em: 05 fev. 2025.



Essas demandas foram apresentadas pelo ISA ao IDGlobal por meio de uma reunião, realizada em 01 de outubro de 2024, em que os representantes do TIX também estavam presentes. Na ocasião, o ISA manifestou o interesse de que o IDGlobal conduzisse a presente pesquisa, com a finalidade de mapear os desafios narrados pelas lideranças do TIX e, a partir desse mapeamento, obter possíveis respostas jurídicas às demandas identificadas.

A Tabela 1, a seguir, sistematiza as demandas apresentadas pelo ISA ao IDGlobal:

**Tabela 1 – Principais Demandas Apresentadas pelo ISA Alinhadas às Questões Postas pelos Representantes do TIX por Tema**

<b>Tema 1: Infraestrutura e Adequação Técnica</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Questionamento sobre a instalação de sistemas fotovoltaicos sob tensão 127V, tendo em vista que, por regulação e característica das redes em ligação monofásica, a tensão do estado do MT – com exceção ao Município Barra do Garças –, é de 127V. Relato de que, na prática, as solicitações de ligação de domicílios são em tensão 220V (unindo-se duas fases de 127V) e que os equipamentos disponíveis para comercialização em Municípios próximos ao TIX operam sob a tensão de 220V.</li><li>• Demanda por um sistema de instalação de 220V, uma vez que a tensão de 220V foi determinada em razão do histórico de acesso à energia no TIX anterior ao programa LpT (por meio de geradores ligados à tensão 220V), refletindo também na oferta de equipamentos no mercado regional. Outrossim, moradores alegam que a Energisa estaria desconsiderando o esforço realizado por famílias locais em adquirir equipamentos desse mercado (cuja tensão é 220V) ao fornecer a implementação de sistemas fotovoltaicos de 127V.</li><li>• Questionamento sobre a proposta de instalação de apenas um sistema fotovoltaico por residência, considerada insuficiente devido ao alto número de famílias por unidade consumidora (UC).</li><li>• Menção ao fato de a distância dos sistemas fotovoltaicos e das residências ser muito próxima, de forma que há insegurança por parte da população quanto a essa proximidade, tendo em vista a possibilidade de choques e outros acidentes, principalmente envolvendo crianças.</li><li>• Solicitação para que a Energisa ajuste as instalações à realidade das famílias, garantindo que o projeto leve em consideração as demandas específicas da comunidade.</li></ul>
<b>Tema 2: Transparência e Relação com os Consumidores</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Questionamento sobre o acúmulo de boletos e o alto valor das faturas, sem que tenham sido fornecidas explicações adequadas à população (falta de transparência).</li><li>• Relato de que diversos moradores tiveram seus nomes negativados em órgãos de restrição ao crédito (como Serasa) devido a cobranças não esclarecidas.</li><li>• Questionamento sobre a ausência de relógios medidores de consumo, levando a variações nos valores cobrados entre diferentes UCs.</li><li>• Relato de descumprimento da promessa da Energisa de isenção temporária nas faturas após a instalação de inversores, gerando insegurança e desconfiança entre os consumidores.</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"><li>• Questionamento sobre a cobrança de iluminação pública e sobre a necessidade de adequação da legislação vigente para melhor refletir as realidades locais.</li></ul>
<b>Tema 3: Compromissos Não Cumpridos e Participação Comunitária</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Relato de que a Energisa não cumpriu o prazo prometido para a troca de aparelhos e inversores.</li><li>• Reclamação sobre desrespeito às atas e calendários definidos pela comunidade, bem como sobre decisões de instalação tomadas unilateralmente pela concessionária, sem considerar as necessidades da população.</li><li>• Questionamento sobre a falta de informações fornecidas pela Energisa sobre o CadÚnico e a instalação de tomadas na comunidade.</li><li>• Relato de que não houve consulta prévia adequada antes da implementação do programa LpT, contrariando os protocolos estabelecidos pela Convenção 169 da OIT.</li></ul>
<b>Tema 4: Manutenção e Capacitação Técnica</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Solicitação para que a Energisa assuma a manutenção das instalações, uma vez que os consumidores estão pagando regularmente suas faturas e entendem ter direito à prestação desse serviço.</li><li>• Demanda por capacitações técnicas para formação de profissionais locais, permitindo que a própria comunidade resolva problemas operacionais de forma mais ágil e eficiente.</li></ul>

Fonte: Elaboração própria.

Para realizar tal investigação, o IDGlobal optou por realizar uma revisão bibliográfica narrativa da literatura, cujo objetivo foi compreender como se estrutura o SIN, a política tarifária energética no País e o programa LpT. De maneira complementar, para a presente pesquisa optou-se pela pesquisa jurisprudencial em todos os tribunais de justiça (TJs), apenas em segunda instância, com a finalidade de elucidar o entendimento mais recente dos TJs quanto às demandas sistematizadas na tabela acima.

A seguir, contextualizamos as demandas encaminhadas pelo ISA, considerando o SIN, a política tarifária energética do País, além do histórico e dos objetivos do LpT.

## 2. SUBSÍDIOS À COMPREENSÃO DAS DEMANDAS IDENTIFICADAS PELO ISA

O acesso à energia elétrica, embora não seja um direito fundamental, impacta diretamente a qualidade de vida, o desenvolvimento socioeconômico e a garantia de direitos das populações<sup>15</sup>. Historicamente, o Brasil tem se posicionado como um líder

---

<sup>15</sup> Trata-se de um direito social materialmente constitucional, segundo a doutrina de José Afonso da Silva, em que esse direito é considerado como um direito individual implícito diretamente decorrente

na promoção de energias renováveis<sup>16</sup>, mas os benefícios dessas iniciativas ainda não chegam de maneira equitativa às populações mais vulneráveis, como os povos indígenas<sup>17</sup>. Essa disparidade é particularmente visível em regiões como o Xingu, onde as comunidades enfrentam uma combinação de desafios estruturais, econômicos e políticos<sup>18</sup>.

Diante desse cenário, o acesso à informação pode representar um passo à melhoria da relação entre as partes envolvidas na disponibilização do serviço de energia elétrica em comunidades como o TIX. Nesse intuito, esta seção apresenta informações relativas ao SIN, à política tarifária energética no País, assim como referentes ao programa LpT. Tal medida justifica-se na medida em que esses temas subsidiam reflexões jurídicas postas mais a frente neste *Policy Brief*.

### 2.1. O SIN

O setor elétrico brasileiro passou por uma reconfiguração na década de 1990, diminuindo gradualmente a participação do Estado no financiamento do sistema de energia elétrica do País<sup>19</sup>. Tal reconfiguração influenciou a dinâmica do setor,

---

das garantias fundamentais. Ver, SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 37a Ed., revista e atualizada até a Emenda Constitucional n. 76, de 28.11.2013. São Paulo: Malheiros, p. 196, 2014.

<sup>16</sup> PAO, Hsiao-Tien; FU, Hsin-Chia. Renewable energy, non-renewable energy and economic growth in Brazil. *Renewable And Sustainable Energy Reviews*, [s. l.], v. 25, p. 381-392, 2013. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/rensus/v25y2013icp381-392.html>. Acesso em: 05 fev. 2025.

<sup>17</sup> Historicamente, fazem parte do contingente das populações mais vulneráveis no Brasil os povos originários e tradicionais, grande parte deles residindo nas regiões Norte e Nordeste do País, sendas as regiões com menores índices de acesso à energia por meio da rede geral. Ver, IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022*. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Brasil: IBGE, p. 12, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102004>. Acesso em: 03 dez. 2024.

<sup>18</sup> São exemplos desses desafios as invasões nos territórios indígenas localizados no Xingu, a realização de queimadas e disputas por terras. Ver, DW. *Invasão de terras indígenas no Xingu impulsiona queimadas*. Brasil: DW, 02 out. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/invas%C3%A3o-de-terras-ind%C3%ADgenas-no-xingu-paraense-impulsiona-queimadas/a-55131088>. Acesso em: 07 fev. 2025.

<sup>19</sup> SAVOIA, Ricardo. *O gerenciamento do planejamento de mercado nas distribuidoras de energia elétrica: do racionamento ao ambiente regulado e livre de contratação de energia*. Dissertação (Mestrado em Energia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092009-112713/publico/Ricardo\\_Savoia\\_Defesa\\_VFfinal.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092009-112713/publico/Ricardo_Savoia_Defesa_VFfinal.pdf). Acesso em: 20 dez. 2024.



estabelecendo-se uma nova estrutura, em que foram divididas as atividades de geração, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica<sup>20</sup>. Além disso, a convivência de empresas privadas e públicas implicou na adoção de um ambiente híbrido: livre para a definição de preços, que passaram a ser negociados na geração e comercialização de energia; e regulado para leilões e licitações pela menor tarifa de energia<sup>21</sup>.

Em paralelo, outras entidades somaram à estrutura inicial, como: (i) a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) para regular o setor elétrico nacional<sup>22</sup>; (ii) a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que presta serviços ao MME realizando pesquisas e estudos após a subsidiar o planejamento do setor<sup>23</sup>; (iii) o Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS), criado para coordenar e controlar a operação de instalações de geração e transmissão de energia elétrica no SIN e planejar a operação em sistemas isolados do Brasil, sob fiscalização e regulação da ANEEL<sup>24</sup>; e (iv) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)<sup>25</sup>, instituída para

---

<sup>20</sup> SAVOIA, Ricardo. *O gerenciamento do planejamento de mercado nas distribuidoras de energia elétrica: do racionamento ao ambiente regulado e livre de contratação de energia*. Dissertação (Mestrado em Energia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 51-52. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092009-112713/publico/Ricardo\\_Savoia\\_Defesa\\_VFinal.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092009-112713/publico/Ricardo_Savoia_Defesa_VFinal.pdf). Acesso em: 20 dez. 2024.

<sup>21</sup> SAVOIA, Ricardo. *O gerenciamento do planejamento de mercado nas distribuidoras de energia elétrica: do racionamento ao ambiente regulado e livre de contratação de energia*. Dissertação (Mestrado em Energia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 51-52. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092009-112713/publico/Ricardo\\_Savoia\\_Defesa\\_VFinal.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092009-112713/publico/Ricardo_Savoia_Defesa_VFinal.pdf). Acesso em: 20 dez. 2024.

<sup>22</sup> Criada por meio de Lei nº 9.427/1996 e do Decreto nº 2.335/1997, suas principais atribuições envolvem a regulação da geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, a fiscalização de concessões, permissões e serviços de energia elétrica, estabelecer tarifas, promover atividades de outorga de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica (delegação da União), entre outras atividades. Mais informações podem ser encontradas em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/a-aneel>.

<sup>23</sup> Trata-se de uma empresa pública federal (Administração Pública Direta), que foi criada em 2004 por meio de uma medida provisória, a Lei nº 10.847/2004. Veja mais informações em: <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/quem-somos>.

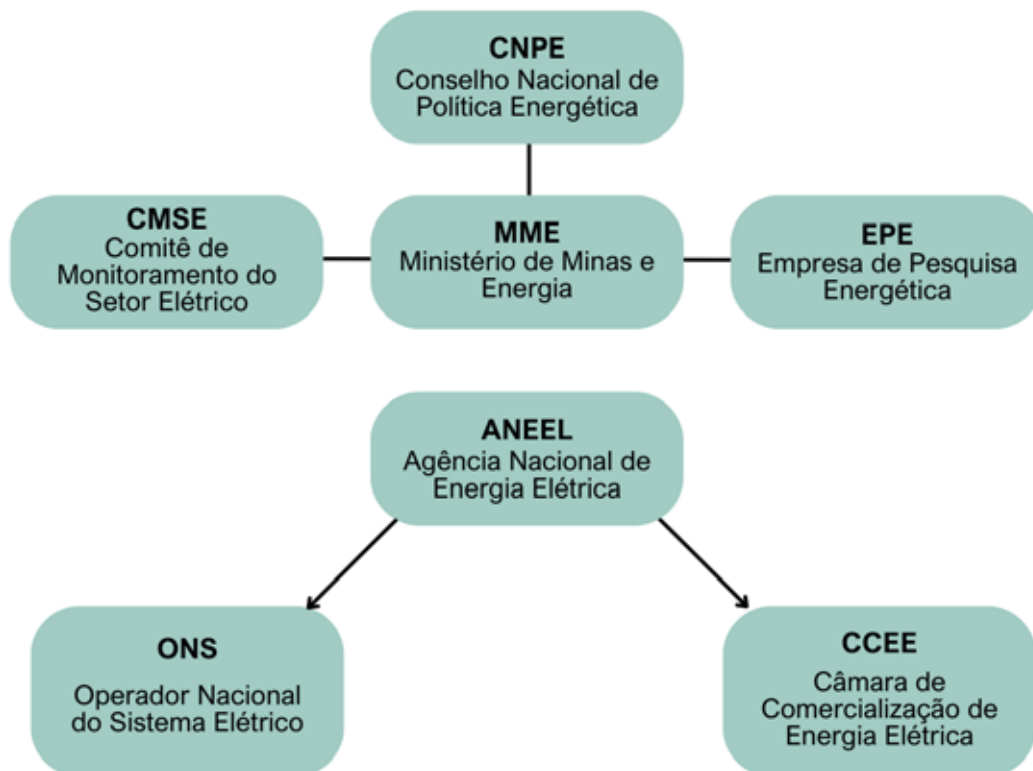
<sup>24</sup> Trata-se de pessoa jurídica de direito privado (Administração Pública Indireta), sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, que foi criada por meio da Lei nº 9.648/1998 e alterada pela Lei nº 10.848/2004 e regulamentada pelo Decreto nº 5.081/2004. Para mais informações acesse: <https://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-ons/o-que-e-ons>.

<sup>25</sup> Consulte a página da CCEE para mais informações: <https://www.ccee.org.br/web/guest/sobrenos>.

integrar geradores, distribuidores, comercializadores e consumidores de energia elétrica<sup>26</sup>.

A partir da Lei nº 10.848/2004 e do Decreto nº 5.163/2004 consolidou-se a atual estrutura do setor elétrico brasileiro, visando garantir segurança ao suprimento de eletricidade no País; promover a modicidade tarifária (oferta de serviços elétricos à população a partir de preços justos) e maior inserção social, especialmente por meio de programas de universalização de atendimento<sup>27</sup>. Essa estrutura pode ser representada pela figura a seguir:

**Figura 1 – Estrutura atual do Setor Elétrico Brasileiro**



Fonte: CCEE, 2007. In: Savoia, 2009, p. 53.

<sup>26</sup> Ferramenta que faz parte do CCEE, visando equilibrar o nível de contratação de energia por meio da divulgação mensal dos resultados de liquidações do MCSD de Energis Existente e do MCSD de Energia Nova. Para mais informações acesse: <https://www.ccee.org.br/dados-e-analises/dados-mcsd>.

<sup>27</sup> SAVOIA, Ricardo. *O gerenciamento do planejamento de mercado nas distribuidoras de energia elétrica: do racionamento ao ambiente regulado e livre de contratação de energia*. Dissertação (Mestrado em Energia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 53. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092009-112713/publico/Ricardo\\_Savoia\\_Defesa\\_VFfinal.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092009-112713/publico/Ricardo_Savoia_Defesa_VFfinal.pdf). Acesso em: 20 dez. 2024.

## 2.2. A Política Tarifária Energética no Brasil

A política tarifária energética brasileira é resultado das ações coordenadas do SIN, representado pelos órgãos detalhados na subseção anterior. Entre os elementos que compõem a política tarifária do setor energético brasileiro estão: (i) a fatura de energia elétrica, (ii) as bandeiras tarifárias, (iii) os custos de energia elétrica, (iv) as classificações tarifárias e (v) os tipos de tarifa cobrados, bem como seus reajustes e revisões<sup>28</sup>.

A fatura de energia elétrica é resultado das atividades das distribuidoras de energia e, embora tais distribuidoras emitam contas com características particulares, há uma matriz obrigatória que deve constar em toda fatura<sup>29</sup>. Primeiramente, há dois tipos principais de faturas de energia, vinculadas a duas classes: o grupo tarifário A (alta tensão) e o grupo tarifário B (baixa tensão)<sup>30</sup>. Este estudo se concentra exclusivamente no grupo B, que engloba UCs com tensão entre 127 e 440 Volts (V), correspondendo às comunidades abrangidas pela análise. A fatura de energia elétrica deste grupo abrange os seguintes elementos:

1. energia consumida durante o mês (em *quilowatt*-hora, cuja sigla é kWh<sup>31</sup>);
2. impostos;
3. cobrança por bandeiras tarifárias;
4. taxa de iluminação pública;
5. multas (se houver).

---

<sup>28</sup> SOLSTÍCIO ENERGIA. *Tudo que você precisa saber sobre a Fatura e a Tarifa de Energia*. Campinas: Solticio, [s. d.]. Disponível em: <https://www.solsticioenergia.com/tudo-sobre-a-tarifa-e-a-fatura-de-energia-eletrica>. Acesso em: 05 fev. 2025.

<sup>29</sup> SOLSTÍCIO ENERGIA. *Tudo que você precisa saber sobre a Fatura e a Tarifa de Energia*. Campinas: Solticio, [s. d.]. Disponível em: <https://www.solsticioenergia.com/tudo-sobre-a-tarifa-e-a-fatura-de-energia-eletrica>. Acesso em: 05 fev. 2025.

<sup>30</sup> SOUZA, Hudson Ferracin de. *Alocação de recursos energéticos em uma comunidade de prosumidores*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica e Computação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018. p. 16. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4459>. Acesso em: 19 dez. 2024.

<sup>31</sup> O kWh é uma medida que trata da energia produzida ou consumida, indicando o volume de energia que pode ser gerada por meio de um sistema no intervalo de uma hora, por exemplo: se um painel solar produziu 1kW em 60 minutos, ele produziu 1.000 W em uma hora. Ver, PORTAL SOLAR. *kWh: o que é kilowatts e como converter kW para KWh*. [s. l.]: Portal Solar, [s. d.]. Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/kw-e-kwh-qual-e-a-diferenca>. Acesso em: 05 fev. 2025.



Esses cinco elementos compõem o valor total a pagar. A Figura 2, a seguir, representa um modelo de fatura de energia elétrica da concessionária Energisa. Nela, é possível verificar onde os elementos narrados acima aparecem na fatura (em amarelo):

**Figura 2 – Exemplo de Fatura de Energia Elétrica da Energisa**

Classe/Subcl.: COMERCIAL / COMERCIAL  
Roteiro: 012 - 3005 - 040 - 1190  
Nº do Medidor: N7065668582  
MATRÍCULA: 4845433-2023-12-9  
DOM. ENT.:

LIGAÇÃO: TRIFÁSICO  
DOM. BANC.:  
CNPJ/CPF/RANI: 1X.XXX.XXX/XXX1-98  
Insc. Est.:

**energisa**  
ENERGISA S.A. - SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
Rod. Assis Chateaudun S/N, KM 455 - Bairro: Vila Maria  
PRESIDENTE PRUDENTE - SP/CEP 13633-680  
CNPJ 07.262.377/0001-25 Insc. Est. 502.458.886.115

Atendimento ao Cliente ENERGISA  
Ao ligar, tenha sempre em mãos a conta.

**0800 701 0326** ligação gratuita

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Emissão: 21/12/2023

Identificador para Débito Automático: 0004845433-4

CONTA REFERENTE A  
**Dezembro/2023**

APRESENTAÇÃO  
**27/12/2023**

DATA PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA  
**19/01/2024**

UC - UNIDADE CONSUMIDORA  
**9/4845433-4**

**DEMONSTRATIVO**

CCI Descrição	Quantidade	Tarifa s/ Tributos	Tarifa c/ Tributos	Valor Total (R\$)	Base Calc. ICMS(R\$)	% Aliq. ICMS	ICMS (R\$)	Base Calc. PIS/COFINS (R\$)	PIS (R\$) (0,6780%)	COFINS(R\$) (3,1229%)
0601 Consumo em kWh	732,00	0,688110	0,872300	638,53	638,53	18	114,93	523,59	3,55	16,35
0601 Energia Atv Injetada	632,00	0,688110	0,789730	-499,11	-261,39	18	-47,05	-452,06	-3,06	-14,12
<b>Total:</b>				<b>139,42</b>	<b>377,14</b>		<b>67,88</b>	<b>71,53</b>	<b>0,48</b>	<b>2,23</b>

**COMPOSIÇÃO DO CONSUMO**

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
SERVIÇO DISTRIBUIÇÃO	12,57	9,02
COMPRA DE ENERGIA	32,66	23,42
SERVIÇO DE TRANSMISSÃO	8,44	6,05
ENCARGOS SETORIAIS	15,19	10,87
IMPOSTOS DIRETOS E ENCARGOS	70,60	50,64
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>139,42</b>	<b>100,00</b>

- Valor Encargo Uso Sist. Distr. (Ref 10/2023): R\$ 14,38

**ENCARGAMENTO**

**05/01/2024**

**TOTAL A PAGAR**

**R\$ 139,42**

servado ao Fisco

Fonte: Sunergia, 2024.

Conforme observado por meio da imagem acima, a cobrança de uma fatura corresponde a um ciclo de leitura (geralmente de um mês<sup>32</sup>), em que incidem as bandeiras tarifárias. Estas representam valores cobrados a partir de um posto tarifário

<sup>32</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021*. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

(horário de utilização de energia elétrica), podendo se subdividir em: (i) convencional e (ii) branca<sup>33</sup>.

A tarifa convencional refere-se à aplicação de tarifa que independe das horas do dia ou dos períodos do ano (valor constante); já a branca, resultante da Resolução Normativa (RN) nº 733/2016, indica a variação do valor de energia em função do dia e do horário de consumo<sup>34</sup>. Há três tipos de postos tarifários: (i) ponta, (ii) intermediário e (iii) fora de ponta<sup>35</sup>. É importante ressaltar que durante feriados nacionais e finais de semana o posto tarifário aplicado deve ser sempre o valor fora de ponta<sup>36</sup>:

**Tabela 2 – Horário dos postos tarifários**

Posto Tarifário	Horário Normal	Horário de Verão
Ponta	18h às 21h	19h às 22h
Intermediário	17h às 18h e 21h às 22h	18h às 19h e 22h às 23h
Fora de Ponta	22h às 17h	23h às 18h

Fonte: Copel, 2018. In: Souza, 2018, p. 18.

Ademais, são considerados no valor cobrado na fatura de energia elétrica os custos de energia elétrica (destacado na Figura 2 em amarelo), que são estabelecidos pela ANEEL. Esta os classifica em três subcategorias<sup>37</sup>:

<sup>33</sup> SOUZA, Hudson Ferracin de. *Alocação de recursos energéticos em uma comunidade de prosumidores*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica e Computação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018. p. 17. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4459>. Acesso em: 19 dez. 2024.

<sup>34</sup> SOUZA, Hudson Ferracin de. *Alocação de recursos energéticos em uma comunidade de prosumidores*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica e Computação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018. p. 17-18. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4459>. Acesso em: 19 dez. 2024.

<sup>35</sup> SOUZA, Hudson Ferracin de. *Alocação de recursos energéticos em uma comunidade de prosumidores*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica e Computação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018. p. 17-18. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4459>. Acesso em: 19 dez. 2024.

<sup>36</sup> SOUZA, Hudson Ferracin de. *Alocação de recursos energéticos em uma comunidade de prosumidores*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica e Computação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018. p. 17-18. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4459>. Acesso em: 19 dez. 2024.

<sup>37</sup> SOLSTÍCIO ENERGIA. *Tudo que você precisa saber sobre a Fatura e a Tarifa de Energia*. Campinas: Solticio, [s. d.]. Disponível em: <https://www.solsticioenergia.com/tudo-sobre-a-tarifa-e-a-fatura-de-energia-eletrica>. Acesso em: 05 fev. 2025.

1. **Parcela A:** custos relacionados à compra de energia, transmissão e encargos setoriais.
2. **Parcela B:** custos relacionados à distribuição de energia.
3. **Tributos:** imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Igualmente, são consideradas nas faturas de energia elétrica as classificações tarifárias, que variam de acordo com a concessionária atuante no local (ex. Energisa, CPFL, Elektro, EDP Bandeirantes, ENEL, CEMIG, entre outras) e representam o consumo de cada classe<sup>38</sup>. Para UCs pertencentes ao grupo B (baixa tensão), a Energisa determina a existência de quatro subgrupos de classes de consumo:

**Tabela 3 – Modalidade Tarifária Convencional – Baixa Tensão (TUSD + TE)**

Tarifa	Classes
B1	Residencial Sem Benefício Residencial BR – Consumo até 30 kWh Residencial BR – Consumo de 31 a 100 kWh Residencial BR – Consumo de 101 a 220 kWh
B2	Rural Rural Irrigação Cooperativa de Eletrificação Rural Serviço de Irrigação
B3	Comercial Serviços e Outros Industrial Poderes Públicos Serviço Público
B4	Iluminação Pública B4a – Rede de Distribuição B4b – Bulbo da Lâmpada

Fonte: Adaptado de Energisa (2013).

Outro fator importante das faturas de energia elétrica é o valor de tarifa pago às distribuidoras, para determinação do componente consumo, que se dá de duas maneiras: (i) pela cobrança de Tarifa de Energia (TE), incluindo-se custos e encargos referentes à geração de energia; e (ii) de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

<sup>38</sup> SOLSTÍCIO ENERGIA. *Tudo que você precisa saber sobre a Fatura e a Tarifa de Energia*. Campinas: Solticio, [s. d.]. Disponível em: <https://www.solsticioenergia.com/tudo-sobre-a-tarifa-e-a-fatura-de-energia-eletrica>. Acesso em: 05 fev. 2025.



(TUSD), incluindo-se custos e encargos referentes à infraestrutura de transmissão e distribuição de eletricidade<sup>39</sup>. Sobre essas componentes calcula-se o valor a ser cobrado a título de impostos (ICMS, PIS e Cofins). Pode-se simplificar esse arranjo por meio do modelo matemático a seguir:

$$\text{Tarifa (kWh)} = \frac{(\text{TUSD} + \text{TE})}{(1 - \text{PIS} - \text{Cofins} - \text{ICMS})}$$

O quarto elemento a ser observado diz respeito aos reajustes e às revisões tarifárias. A ANEEL, como órgão responsável pela definição das tarifas, anualmente realiza Reajustes Tarifários, como da TE e TUSD; e, aproximadamente a cada quatro anos, realiza um processo completo de Revisão Tarifária<sup>40</sup>.

No reajuste as variações de custos da Parcela A são considerados e aplica-se reajuste da Parcela B pela inflação deduzido o Fator de Ajuste (índice fixado pela ANEEL para repassar ganhos operacionais aos consumidores)<sup>41</sup>. Na revisão, o nível eficiente dos custos operacionais e a remuneração dos investimentos (Parcela B) é recalculado<sup>42</sup>.

Por fim, para o cálculo do reajuste também se considera o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), responsável por medir a oscilação de preços em um determinado período<sup>43</sup>. Assim, o reajuste anual é resultado do modelo matemático a seguir:

---

<sup>39</sup> SOLSTÍCIO ENERGIA. *Tudo que você precisa saber sobre a Fatura e a Tarifa de Energia*. Campinas: Solticio, [s. d.]. Disponível em: <https://www.solsticioenergia.com/tudo-sobre-a-tarifa-e-a-fatura-de-energia-eletrica>. Acesso em: 05 fev. 2025.

<sup>40</sup> SOLSTÍCIO ENERGIA. *Tudo que você precisa saber sobre a Fatura e a Tarifa de Energia*. Campinas: Solticio, [s. d.]. Disponível em: <https://www.solsticioenergia.com/tudo-sobre-a-tarifa-e-a-fatura-de-energia-eletrica>. Acesso em: 05 fev. 2025.

<sup>41</sup> SOLSTÍCIO ENERGIA. *Tudo que você precisa saber sobre a Fatura e a Tarifa de Energia*. Campinas: Solticio, [s. d.]. Disponível em: <https://www.solsticioenergia.com/tudo-sobre-a-tarifa-e-a-fatura-de-energia-eletrica>. Acesso em: 05 fev. 2025.

<sup>42</sup> SOLSTÍCIO ENERGIA. *Tudo que você precisa saber sobre a Fatura e a Tarifa de Energia*. Campinas: Solticio, [s. d.]. Disponível em: <https://www.solsticioenergia.com/tudo-sobre-a-tarifa-e-a-fatura-de-energia-eletrica>. Acesso em: 05 fev. 2025.

<sup>43</sup> Valores atualizados do IGPM podem ser acessados em: <https://portal.fgv.br/noticias/igp-m-2025>.

$$\text{Reajuste Anual} = (\text{Parcela A} + \text{Parcela B}) \times (\text{IGPM} - \text{Fator de Ajuste})$$

### 2.3. O Programa Luz para Todos (LpT)

O programa LpT foi instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003<sup>44</sup>. O objetivo inicial do programa era proporcionar um ambiente de desenvolvimento e inclusão nacional em todo o Brasil. Recentemente, o LpT foi alterado pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023, com inovações voltadas à conectividade da população rural e de regiões remotas da Amazônia Legal<sup>45</sup>. Um aprimoramento advindo deste novo decreto foi a incorporação das fontes renováveis e importância dada a elas como instrumento de preservação do bioma Amazônia, de combate à pobreza energética, de fomento à inclusão social e produtiva de comunidades locais e de promoção de cidadania e melhoria de qualidade de vida da população<sup>46</sup>. A seguir, são elencadas informações sobre UCs beneficiárias pelo programa LpT e quem possui atendimento prioritário:

---

<sup>44</sup> Ele foi revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019. Ver, BRASIL. *Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003*. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4873.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>45</sup> BRASIL. *Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11628.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>46</sup> MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Luz Para Todos: Histórico do Programa*. Brasília, DF: MME, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/sobre-o-programa>. Acesso em: 06 fev. 2025.

**Tabela 4 – Beneficiários do programa LpT e Atendimento Prioritário segundo as disposições do Decreto nº 11.628/2023**

<b>Beneficiários</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Situados no meio ambiente rural.</li><li>• Situados em regiões remotas da Amazônia Legal que não disponham de acesso ao serviço público de energia elétrica.</li><li>• Situados nas regiões remotas da Amazônia Legal atualmente atendidas por meio de geração de energia elétrica de fonte não renovável.</li></ul>
<b>Atendimento Prioritário</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Famílias de baixa renda definidas no CadÚnico (art. 5º, inciso II, do Decreto nº 11.016/2022).</li><li>• Famílias inscritas no CadÚnico.</li><li>• Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, a nível federal, estadual ou municipal.</li><li>• Comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e comunidades localizadas em unidades de conservação ou impactadas diretamente por empreendimentos de geração ou de transmissão de energia elétrica cuja responsabilidade não seja do concessionário titular desses empreendimentos.</li><li>• Escolas, unidades de saúde e poços de água comunitários.</li><li>• Instalações de serviços públicos de conectividade à internet e de acesso à água.</li><li>• Espaços coletivos e as instalações de apoio e de desenvolvimento socioeconômico local, nos termos do Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos.</li></ul>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MME [2023].

A partir do exposto, é possível compreender os principais aspectos da política tarifária de energia elétrica no Brasil, incluindo a forma como as faturas são cobradas dos consumidores e como funcionam o SIN e o programa LpT. As demandas apresentadas na Tabela 1 serão retomadas no formato de “pergunta-resposta” para segmentar de forma clara os resultados das pesquisas realizadas e facilitar a compreensão do leitor.

### 3. PERGUNTAS E RESPOSTAS

#### Dúvida 1: Qual voltagem deve ser instalada: 127V ou 220V?

As lideranças das comunidades do TIX narraram ao ISA que, de maneira unilateral, a Energisa decidiu pela instalação da tensão 127V nas UCs justificando que a rede do estado do MT opera sob essa tensão. Contudo, na opinião dos consumidores essa afirmação não seria verdadeira, tendo em vista que os Municípios operariam com 220V, e solicitaram ao ISA esclarecimento sobre esse fato,

questionando a possibilidade de as comunidades serem assistidas pela tensão de 220V.

Na revisão da literatura não foram encontradas informações sobre a determinação de uma voltagem a ser implementada em novas UCs, tampouco no Anexo à Portaria nº 801/GM, de 18 de setembro de 2024, que criou o Manual de Operacionalização do programa LpT<sup>47</sup>. Cabe às concessionárias e permissionárias de energia elétrica seguir os padrões técnicos e de segurança estabelecidos pela ANEEL, especialmente a REN nº 1.000/2021<sup>48</sup>, normativos que não estabelecem uma voltagem específica.

Nesta resolução, a ANEEL determina que a distribuidora é responsável por definir o grupo e o nível de tensão de conexão ao sistema elétrico, observando-se os critérios do art. 23, inciso I, que tratam especificamente de UCs<sup>49</sup>. Caso o usuário não se enquadre como uma UC ou como uma central geradora, a agência institui que sejam realizados estudos pela distribuidora, considerando-se características técnicas da rede e a disponibilidade necessária (art. 23, inciso III).

Ademais, na REN nº 1.000/2021, a ANEEL estipulou que os consumidores e usuários podem solicitar conexão em tensão diversa das estabelecidas nesta resolução, caso em que a distribuidora terá que realizar estudo de viabilidade e de custos (art. 23, inciso III, § 4º). Posteriormente a esse estudo, a distribuidora deve

---

<sup>47</sup> BRASIL. *Anexo à Portaria nº 801/GM, de 18 de setembro de 2024: Manual de Operacionalização* (Decreto nº 11.628, de 4/8/2023). Brasil: Presidência da República, p. 17, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual\\_de\\_operacionalizacao\\_lpt\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual_de_operacionalizacao_lpt_2024.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.

<sup>48</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021*. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>49</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021*. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.



comunicar aos consumidores a viabilidade da alteração de tensão de conexão, que devem concordar com a mudança (art. 23, inciso III, § 5º).

Da pesquisa jurisprudencial, contudo, foi encontrado um acórdão que cita sentença primeira instância que reconheceu o dever de alteração da conexão na cidade de São Geraldo do Araguaia (PA). Na sentença, o juízo entendeu que a voltagem de 220V melhor atenderia às necessidades locais, melhorando a prestação do serviço de energia elétrica; todavia, em segunda instância, a desembargadora anulou a sentença por vício de julgamento *extra petita*<sup>50</sup>, de forma que não foram encontrados acórdãos que confirmaram o dever de alteração pelas concessionárias de conexão em tensão diversa da já instalada em UCs:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO POPULAR. LIMINAR PARCIALMENE DEFERIDA. PRELIMINAR. DECISÃO EXTRA PETITA. PEDIDO NÃO REQUERIDO NA EXORDIAL. DESCONSTITUIÇÃO DA DECISÃO ATACADA.

1 -Os Recorridos propuseram ação popular, requerendo em sede de liminar, a suspensão do pagamento de energia elétrica até que a ré construa a subestação de energia elétrica em São Geraldo do Araguaia/PA ou alternativamente a criação de uma conta bancária específica para depositar o dinheiro arrecadado, à título de cobrança de energia elétrica, para fins de construir a subestação em São Geraldo do Araguaia; **2- Na decisão atacada o juiz "a quo" concedeu parcialmente a liminar, para providenciar medidas concretas para melhoria da prestação de serviço de energia elétrica na cidade de São Geraldo do Araguaia (zona urbana e rural), evitando a queda da tensão e apagões, com o fornecimento de 220 volts, no prazo de 06 (seis) meses, o encaminhamento para o juízo, do relatório das medidas tomadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e a instalação, no prazo de 01 (um) ano, de uma subestação para regularizar o fornecimento da energia elétrica na voltagem correta, sob pena de multa diária de R\$20.000,00 (vinte mil reais) a ser depositado em conta própria vinculada ao processo. Determinou ainda que, em caso de não solução do fornecimento adequado da energia na voltagem de 220, no prazo assinalado, a redução proporcionalmente e pela metade o valor da tarifa e do consumo cobrado dos usuários de acordo com as oscilações, quedas, interrupções no fornecimento de energia elétrica, pedidos estes não formulados na exordial**; 3- Deve ser desconstituída a decisão que afronta ao disposto nos artigos 141 e 492 do CPC/15, ao julgar fora dos limites da postulação da parte, afigurando-se extra petita; 4- A existência do vício de julgamento extra petita, quando englobar a integralidade da decisão, acarreta a sua desconstituição integral; 5- Agravo de instrumento conhecido e provido, para desconstituir a decisão atacada, e determinar o retorno dos autos a origem para que outra seja proferida, observado os limites da lide, ficando prejudicado a análise das demais teses

---

<sup>50</sup> Termo em latim utilizado para identificar decisões em que o juízo excede o pedido formulado pelas partes de um processo.

recusais e preliminares nos termos da fundamentação. (TJPA; Agravo de Instrumento nº 0805683-91.2018.8.14.0000; Desembargadora Célia Regina De Lima Pinheiro; Órgão Julgador: 1ª Turma de Direito Público; Data do Julgamento: 24/07/2018; Data de Registro: 24/07/2018) (grifo nosso)

A ANEEL determina na REN nº 1.000/2021 alguns tipos de conexões adequadas a UCs que devem ser observadas pelas concessionárias (art. 23, inciso I), sem determinar que uma voltagem específica seja a implementada. Contudo, há possibilidade de as UCs e usuários da rede solicitarem alteração na conexão para outra tensão (art. 23, inciso III, § 4º)<sup>51</sup>. Nesse caso, será necessário que a concessionária realize um estudo para atestar a viabilidade e os custos relacionados a essa mudança. Por fim, a REN nº 1.000/2021 determina que, após a realização do estudo, a concessionária deve informar os resultados do estudo aos usuários e aguardar a confirmação deles para que a troca seja efetivada. Não há determinação da ANEEL de que os resultados do estudo realizado são vinculantes.

### **Dúvida 2: Quantos sistemas fotovoltaicos devem ser Instalados por UC?**

Outra dúvida dos representantes do TIX ao ISA diz respeito à capacidade de uma placa fotovoltaica assistir as necessidades de consumo de uma UC. As lideranças questionaram ao Instituto se não seria possível colocar mais de uma placa por UC, haja vista que cada uma abriga grande quantidade de famílias (por exemplo, 10). Não há determinação na literatura, nas legislações e normativas analisadas de um máximo de pessoas e/ou famílias para cada sistema instalado. Por outro lado, na pesquisa jurisprudencial, foi encontrado um caso no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), em que foram reconhecidos riscos associados à existência de uma única

---

<sup>51</sup> O art. 23, inciso III, § 4º, da REN nº 1.000/2021, dispõe que: “Art. 23. A distribuidora deve definir o grupo e o nível de tensão de conexão ao sistema elétrico, observados os critérios a seguir: (...) III - para demais usuários: definido a partir do estudo realizado pela distribuidora, considerando as características técnicas da rede e a disponibilidade necessária. (...) § 4º O consumidor e demais usuários podem solicitar conexão em tensão diferente das estabelecidas neste artigo, que será objeto de estudo de viabilidade e de custos pela distribuidora”. Ver, AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021*. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

instalação para assistir a 47 famílias em uma comunidade quilombola localizada no interior do estado:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – Distribuição de ponto de energia elétrica entre as 47 residências da Comunidade Quilombola do Carmo – Presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, a autorizar a concessão de medida liminar** – Resolução nº 414/2010 da ANEEL (art. 27, II, h) que não pode ser oposta à pretensão dos autores, que contam com provimento jurisdicional favorável ao reconhecimento da posse das terras que ocupam – **De mais a mais, há de se ter em conta a Convenção nº 169 da OIT, que trata dos povos indígenas e tribais, aprovada por Decreto Legislativo, o que vai ao encontro da norma dos arts. 1º, III, 3º, I, e 4º, II, todos da Constituição Federal – O perigo na demora da prestação jurisdicional revela-se no risco e nos inconvenientes a que a situação atual expõe a Comunidade – Recurso provido.** (TJSP; Agravo de Instrumento nº 2156501-50.2020.8.26.0000; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Público; Foro de São Roque - 2ª Vara Cível; Rel. Luiz Sergio Fernandes de Souza; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Público; Foro de São Roque - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 05/10/2020; Data de Registro: 10/11/2020) (grifo nosso)

Não foram encontrados outros acórdãos a respeito deste tema, mas seria pertinente que a comunidade apresentasse à concessionária os problemas advindos da distribuição de ponto de energia elétrica entre as UCs com a finalidade de sustentar a tese de que a baixa tensão atual (110V) aliada à alta demanda das cerca de 10 famílias assistidas por cada sistema instalado tem atentado à dignidade humana da população local.

Ademais, o Agravo de Instrumento supracitado segue o que preceitua a Constituição Federal de 1988 (CF/88) quanto à autonomia indígena e à necessidade dos Agentes Executores – terminologia utilizada no Manual de Operações do programa LpT para tratar de concessionárias, permissionárias e autorizados<sup>52</sup> – escutarem ativamente as comunidades e que suas decisões sejam respeitadas quanto ao que lhes competem decidir. Por exemplo, onde localizar seu relógio medidor, questões relacionadas à tensão de energia ofertada, consulta quanto à

---

<sup>52</sup> BRASIL. *Anexo à Portaria nº 801/GM, de 18 de setembro de 2024*: Manual de Operacionalização (Decreto nº 11.628, de 4/8/2023). Brasil: Presidência da República, p. 17, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual\\_de\\_operacionalizacao\\_lpt\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual_de_operacionalizacao_lpt_2024.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.

instalação de equipamentos, estabelecimento de canais de diálogo entre as partes, entre outras questões.

### **Dúvida 3: Qual deve ser a distância mínima entre os sistemas fotovoltaicos e as residências?**

A terceira demanda das lideranças do TIX ao ISA aborda a proximidade entre as instalações dos sistemas fotovoltaicos e as residências, em que muitos membros das comunidades consideram que tal proximidade tem o potencial de colocar a população local em risco em razão de choques e de outros acidentes, principalmente envolvendo crianças. Elas também narraram que houve recusa por parte da Energisa em realizar instalações com maior distanciamento entre os transmissores de energia elétrica por conta de custos operacionais.

Embora não tenha sido identificado nenhum acórdão que trata especificamente da distância para instalação de sistemas fotovoltaicos e residências, há jurisprudência no sentido de que os Agentes Executores devem se responsabilizar pela adequação e realização de medidas para garantir a melhor prestação do serviço ofertado, conforme decisão a seguir:

Direito Processual Coletivo. Ação Civil Pública. Falha na prestação de fornecimento de energia elétrica na comunidade do Morro dos Anjos, no bairro de Caxambu, Município de Petrópolis. Interesses individuais homogêneos. Legitimidade do Ministério Público. Ausência de inépcia da petição inicial. **Lauda pericial que concluiu pela má qualidade da prestação do serviço. Adoção de medidas fixadas na sentença que são necessárias para melhor prestação de serviço. Recurso desprovido.** (TJRJ, 0054482-15.2010.8.19.0042 - APELAÇÃO. Des(a). ALEXANDRE ANTONIO FRANCO FREITAS CÂMARA - Julgamento: 12/04/2023 - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL) (grifo nosso)

No caso, o relator reconheceu a má qualidade do serviço prestado e determinou que a concessionária corrigisse os problemas relativos à infraestrutura ligada à distribuição de energia elétrica na Comunidade Morro dos Anjos (RJ), especialmente em virtude de a própria concessionária ter realizado as instalações anteriormente e, justamente por isso, ela já teria que ter verificado tecnicamente as



interligações entre medidores e UCs, bem como outras questões decorrentes do dever de inspeção a que estão submetidas:

Assim, ele constatou a má qualidade do serviço prestado pela apelante, em razão da variação de tensão provocada pela má qualidade da fiação e a distância do medidor à moradia. Concluiu, ainda, que a concessionária precisa intervir em sua rede de distribuição, aumentando a capacidade de transformação de forma a atender adequadamente e com segurança a comunidade do Morro dos Anjos. Cabe, ainda, afastar a alegação do recorrente de que a falha no fornecimento de energia elétrica decorre de instalação nas residências dos moradores da comunidade do Morro dos Anjos. Isso porque, como destacou o perito, a concessionária condiciona a ligação de fornecimento de energia elétrica ao atendimento por parte do usuário de seu padrão de instalação verificado em inspeção que antecede a ligação definitiva. **Por conseguinte, como a concessionária efetuou as ligações, ela considerou tecnicamente corretas as interligações entre medidor e unidade consumidora. Dessa forma, necessária a adoção das medidas fixadas na sentença a fim de prestar um adequado serviço de fornecimento de energia elétrica àquela população.** (0054482-15.2010.8.19.0042 - APELAÇÃO. Des(a). ALEXANDRE ANTONIO FRANCO FREITAS CÂMARA - Julgamento: 12/04/2023 - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL) (grifo nosso)

Cabe ressaltar que a jurisprudência reconhece o dever de reparação pela concessionária pelos danos, mesmo quando não há certeza sobre a propriedade dos cabos de energia. Isso se deve ao fato de que a concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica tem o dever de fiscalizar a rede, prevenindo falhas na prestação do serviço, conforme destacado a seguir:

Apelações Cíveis. Ações indenizatórias conexas. Concessionária de energia elétrica. Menores que estavam jogando futebol na rua, bairro de Santa Cruz, quando entraram em contato com cabo de energia e sofreram forte descarga elétrica que culminou com morte do filho da autora Eliza e em lesões corporais ao autor Daniel, menor que contava com onze anos de idade. Sentença de procedência reconhecendo a responsabilidade da ré e condenando a indenizar o dano moral. Apelo da concessionária. Responsabilidade civil objetiva. Art. 37§6º da CRFB c/c arts. 17 e 22 do Código de Defesa do Consumidor. **Negativa de responsabilidade, sob o fundamento de que não presta serviços no local e que fiação clandestina foi instalada pelos moradores. Perícia Técnica conclusiva no sentido de que, embora não se possa identificar a propriedade do cabo de energia que causou o acidente, pode-se afirmar que o mesmo estava energizado pela rede de tensão secundária da Distribuidora Light. Verificada a existência de diversos fios e cabos de bitolas variadas conectados na saída do transformador e em outros pontos da rede da Distribuidora que seguem em direção à comunidade Coqueiral. Falha na prestação do serviço. Omissão na atuação fiscalizatória por parte da concessionária, que tinha ciência da existência de ligações clandestinas na rede elétrica e dos riscos inerentes. Excludentes de**

**responsabilidade não comprovadas.** Dano moral incontroverso. Verba indenizatória arbitrada em primeiro grau que desafia redução para R\$ 150.000,00, em favor da autora Eliza, e R\$ 30.000,00, em favor do autor Daniel. Precedentes. Parcial provimento dos recursos. (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Apelação Cível nº 0009976-63.2018.8.19.0206 - Des(a). CLÁUDIA TELLES DE MENEZES - Julgamento: 06/07/2021 - QUINTA CÂMARA CÍVEL)

### **Dúvida 4: Restrições ao crédito em virtude de problemas com a fatura de energia elétrica: o que fazer?**

Os representantes do TIX declararam ao ISA que uma questão corriqueira nas comunidades tem sido o acúmulo de boletos e a cobrança de faturas de energia com preços altos sem que fossem ofertadas a devida justificativa sobre os preços cobrados por parte da Energisa aos moradores. Ante a falta de transparência, eles narraram ao Instituto que muitas pessoas tiveram seus dados inscritos em programas de restrição ao crédito, como Serasa Experian (Serasa).

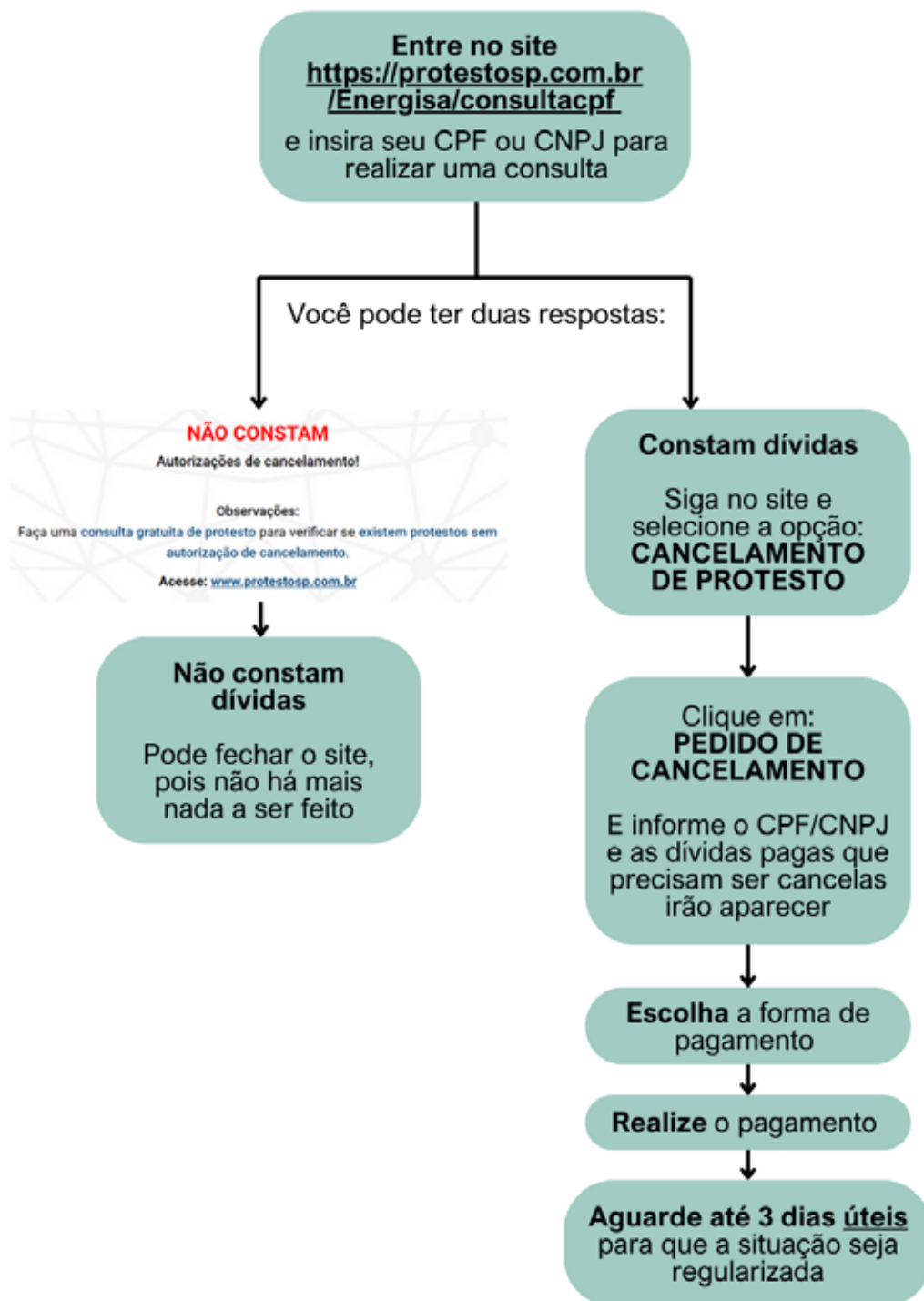
Notoriamente, uma das consequências do inadimplemento da fatura de energia elétrica é a possibilidade de o consumidor sofrer uma restrição de crédito. Ademais, algumas concessionárias de energia – como Energisa, Enel/Eletropaulo, Elektro, EDP e CPFL – além do cadastramento do inadimplemento, utilizam cartórios de protesto para realizar a cobrança das contas em atraso. Nesses casos, não basta apenas quitar a dívida, também é necessário fazer o cancelamento de protesto, que é uma responsabilidade do consumidor (art. 26, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.492/1997<sup>53</sup>). Caso contrário, o nome continuará “protestado” e o consumidor pode sofrer restrições financeiras e de crédito<sup>54</sup>. Especificamente no caso da Energisa, esta oferece a possibilidade de cancelamento remoto do protesto, sendo necessário seguir os seguintes procedimentos:

---

<sup>53</sup> BRASIL. *Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997*. Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19492.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19492.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>54</sup> CARTÓRIOS DE PROTESTO SP. *Atraso na conta de luz pode gerar protesto em cartório; veja como limpar seu nome*. São Paulo: CPSP, [s. d.]. Disponível em: <https://protestosp.com.br/blog/atraso-conta-de-luz-pode-gerar-protesto-em-cartorio>. Acesso em: 06 fev. 2025.

Figura 3 – Como fazer o cancelamento do protesto no cartório



Fonte: Elaboração própria com base nas informações do CPSP/Energisa.

Os Agentes Executores são legalmente obrigados a informar consumidores sobre os motivos que os levaram ao cadastro negativo por meio de notificação no

atraso do pagamento. Ademais, caso a concessionária pretenda cortar a energia elétrica em razão de inadimplemento, ela deve dar aviso prévio ao consumidor com antecedência mínima de quinze dias. Caso tais trâmites não sejam seguidos pela concessionária, os consumidores podem contestar a irregularidade administrativa (junto a concessionária) e/ou judicialmente. Para pleitear seus direitos judicialmente, o consumidor pode buscar um Juizado Especial Cível (JEC), onde pode opor demandas sem advogado se a causa for menor que 20 salários-mínimos, ou uma Defensoria Pública (DP) onde o atendimento é gratuito (ver a subseção 4.2. “Procedimentos para contestação de cobranças e garantia de acesso a serviços adequados” deste documento).

### **Dúvida 5: É possível à Energisa cobrar UCs que não possuem relógios e/ou medidores? A Energisa é obrigada a instalar relógios medidores?**

Outro problema identificado pelas lideranças do TIX e reportado ao ISA refere-se ao fato de a Energisa não ter realizado a instalação de relógios medidores em nenhuma das UCs. O resultado dessa ausência foi a visualização de diferentes preços sendo cobrados de cada pessoa. Além disso, segundo os representantes das comunidades, a Energisa teria prometido manter um período sem cobrança após a instalação de inversores, o que não teria sido cumprido, ante a emissão de novos boletos às UCs.

Segundo o Manual de Operacionalização do programa LpT, é responsabilidade dos Agentes Executores “prover com energia elétrica, o conjunto de instalações e equipamentos elétricos caracterizado pelo recebimento no ponto de conexão da unidade consumidora que se enquadra no Programa” (item 4.3.2, inciso XXV)<sup>55</sup>. Nesse sentido, o Governo Federal criou o “Programa de Obras”, vinculado ao programa LpT, para planejar a execução de suas obras. O Programa de Obras possui,

---

<sup>55</sup> BRASIL. *Anexo à Portaria nº 801/GM, de 18 de setembro de 2024*: Manual de Operacionalização (Decreto nº 11.628, de 4/8/2023). Brasil: Presidência da República, p. 17, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual\\_de\\_operacionalizacao\\_lpt\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual_de_operacionalizacao_lpt_2024.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.



dentre outras informações, a quantificação e qualificação das UCs a serem atendidas em uma determinada área de concessão ou permissão, “bem como o detalhamento dos materiais, **equipamentos** e serviços necessários para o atendimento dessas unidades consumidoras, com os respectivos custos e fontes de recursos”<sup>56</sup>. Assim, tais determinações normativas impõem a necessidade de instalação de relógios.

Na Apelação Cível nº 0016572-98.2011.8.19.0209, julgada em 12 de julho de 2017, pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi analisado caso em que houve recusa por parte de fornecedora de energia elétrica de pedido para o reposicionamento dos relógios de medição a pedido do consumidor. Por tal recusa, a concessionária foi condenada por falha na prestação de serviços e o consumidor foi indenizado financeiramente:

(...) Assim, conclui-se que a Ré, ora Apelante, recusou-se a efetuar a realocação dos relógios após requerimento, sendo necessário ao Autor, ora Apelado, se socorrer ao Poder Judiciário para tanto. Registre-se, ainda, que, nos termos do art. 40, da Resolução nº 414/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que substituiu a Resolução nº 456/2000, a distribuidora deve atender, gratuitamente, à solicitação de fornecimento para unidade consumidora, localizada em propriedade ainda não contemplada, bem como tem o dever de prestar o serviço de forma adequada (art. 6º, § 1º da Lei 8987/95 e artigo 22 da Lei 8078/90. Destaca-se, ademais, que o artigo 22, caput e parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor dispõe que as empresas concessionárias de serviço público têm o dever de fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos, cabendo a elas os investimentos necessários para tal fim, o que não ocorreu no caso sub judice. Nesse diapasão, deve-se reconhecer que a Apelante não comprovou que inexistiu falha na prestação de seus serviços e, de acordo com o § 3º, do artigo 14, do CDC, só há a exclusão do nexo causal e, conseqüentemente, da responsabilidade do fornecedor, quando este provar que o defeito na prestação do serviço inexistiu ou que houve culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, o que não foi feito no caso em análise. Igualmente, encontram-se presentes os elementos a justificar a responsabilização civil, quais sejam, ação em sentido amplo, nexo casual e prejuízo, tendo a empresa falhado na prestação do serviço, restando, assim, inequívoco o dano moral sofrido. A negativa de atendimento, bem como os transtornos daí decorrentes, sem dúvida, causaram ao Autor aborrecimento acima da normalidade, bem como veio a atingi-lo em sua paz interior, causando-lhe prejuízo também de ordem moral. (grifo nosso)

<sup>56</sup> BRASIL. *Anexo à Portaria nº 801/GM, de 18 de setembro de 2024: Manual de Operacionalização* (Decreto nº 11.628, de 4/8/2023). Brasil: Presidência da República, p. 45, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual\\_de\\_operacionalizacao\\_lpt\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual_de_operacionalizacao_lpt_2024.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.

Em sentido semelhante, há jurisprudência entendendo que o desatendimento de legítimo direito do consumidor pode ferir o princípio da dignidade humana. Veja:

APELAÇÃO. LIGHT. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECUSA INJUSTIFICADA DE INSTALAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL. SENTENÇA QUE JULGA PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, FIXANDO O DANO MORAL EM R\$ 1.000,00 (MIL REAIS). RECURSO DO AUTOR EM QUE BUSCA A MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. PRETENSÃO QUE MERECE SER ACOLHIDA. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO APRESENTADO NO LONGÍNQUO ANO DE 2014 PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM IMÓVEL LOCALIZADO EM COMUNIDADE HUMILDE. **RECUSA INJUSTIFICADA DE LIGAÇÃO DO RELÓGIO MEDIDOR AOS CABOS DA CONCESSIONÁRIA. CONSUMIDOR QUE APÓS 06 (SEIS) ANOS SEM QUALQUER SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL, HUMILHADO PELA DEGRADANTE SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAVA, MUDOU-SE DO LOCAL. GRAVE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA.** VALOR ENCONTRADO PELO MAGISTRADO QUE SE ENCONTRA MUITO AQUÉM DO QUE É REALMENTE INDICADO PARA A HIPÓTESE DOS AUTOS. **DANO MORAL QUE DEVE SER MAJORADO PARA R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), EM ATENÇÃO AOS FATOS OCORRIDOS NO CASO EM JULGAMENTO E AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.** (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Apelação nº 0207445-58.2015.8.19.0001. Des(a). GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO - Julgamento: 16/09/2021 - DÉCIMA NONA CÂMARA CÍVEL). (grifo nosso)

### Dúvida 6: A cobrança de faturas deve ser mensal?

Relacionado à dúvida anterior, que trata da medição do consumo das UCs, está a demanda das lideranças quanto à prática de acúmulo de boletos. Elas informaram ao ISA que essa situação tem sido comum e que não há explicação por parte da Energisa quanto à justificativa as cobranças serem realizadas de forma cumulativa e não mensalmente.

A REN nº 1.000/2021 da ANEEL determina que: “A leitura do sistema de medição para o grupo B deve ser realizada em intervalos de aproximadamente 30 dias, observados o mínimo de 27 e o máximo de 33 dias, de acordo com o calendário

de leitura” (art. 260)<sup>57</sup>. Contudo, em casos excepcionais – como nas zonas rurais –, há previsão para a leitura plurimensal na Seção IV da REN 1.000/2021.

O art. 272 dessa resolução dispõe sobre a necessidade de a distribuidora comunicar o intervalo da leitura do sistema de medida ao consumidor envolvido, garantindo-lhe conhecimento sobre o processo utilizado, os objetivos pretendidos e as instruções para a autoleitura (dispostas nos arts. 263 a 270 da referida resolução).

Veja:

Art. 273. Para a realização da autoleitura, a distribuidora deve disponibilizar meios para o consumidor controlar e enviar as informações, tais como calendário impresso, agência de atendimento, central de teleatendimento, terminal de autoatendimento, página na Internet, aplicativo de celular ou outros canais de relacionamento com o consumidor.

Art. 274. A distribuidora deve estabelecer e informar ao consumidor o calendário para o envio da autoleitura, contendo pelo menos 7 dias consecutivos para o consumidor enviar a informação.

Art. 275. Caso o consumidor não envie a autoleitura de acordo com o calendário previamente estabelecido, o faturamento deve ser realizado conforme disposto no art. 288.

Art. 276. A distribuidora deve realizar a leitura no ciclo subsequente sempre que o consumidor não enviar a autoleitura por 2 ciclos consecutivos.

No caso do TIX, essa questão necessita ser sanada com a Energisa, especialmente porque a comunidade tem relatado falta de comunicação entre as partes e ausência de preparação adequada dos residentes para que possam ter mais autonomia sobre a questão energética que lhe dizem respeito.

---

<sup>57</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021*. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

### Dúvida 7: A Energisa pode realizar cobranças referentes a débitos em atraso? Se sim, de que forma?

De forma complementar ao questionamento dos representantes do TIX ao ISA quanto à cobrança cumulativa de boletos, está a dúvida quanto à cobrança de débitos em atraso e de que foram elas podem ocorrer. De acordo com a REN nº 1.000/2021 da ANEEL, é possível que débitos em atraso sejam exigidos (§§ 2º e 6º do art. 596), mas de maneira limitada<sup>58</sup>.

Os Agentes Executores só podem cobrar débitos atrasados que sejam referentes à última inspeção nos equipamentos de medição, devendo ser desconsiderado o procedimento de leitura regular ou outros serviços comerciais e emergenciais em um prazo máximo de 36 ciclos. E, caso se comprove que a irregularidade se iniciou em período **não atribuível ao titular atual da UC**, a distribuidora só pode cobrar deste as diferenças apuradas no período de sua titularidade (§ 4º do art. 596).

### Dúvida 8: A Energisa pode cortar a energia em razão de inadimplência (débitos em atraso)?

Tal dúvida é complementar à demanda dos representantes do TIX ao ISA sobre o atraso do pagamento de boletos e a inscrição dos dados dos titulares das UCs em programas de restrição ao crédito. Os Agentes Executores podem realizar o corte de energia em caso de inadimplemento, contudo, **é necessário que o consumidor seja avisado com antecedência anterior mínima de 15 dias**, podendo ser considerado corte indevido caso não haja aviso prévio<sup>59</sup>. Havendo erro, a concessionária pode ser

---

<sup>58</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021*. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>59</sup> SERASA. *Conta de luz atrasada: saiba como consultar e resolver o problema*. [s. l.]: Serasa, 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/conta-de-luz-atrasada-saiba-como-consultar-e-resolver-o-problema/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

obrigada a reparar o dano ao consumidor à título de indenização (mesmo que a conta não tenha sido paga)<sup>60</sup>.

Ademais, a ANEEL só pode realizar corte de no máximo 90 (noventa) dias após o vencimento da conta de luz; caso contrário, a concessionária não pode mais cortar a energia do consumidor<sup>61</sup>. Caso seja constatada ilegalidade no corte de energia elétrica, é possível que o consumidor solicite a anulação e/ou revisão do débito em seu nome<sup>62</sup>.

### Dúvida 9: A cobrança de taxa de iluminação pública nas tarifas de energia elétrica é constitucional?

Outra dúvida dos representantes do TIX ao ISA refere-se à constitucionalidade da cobrança de COSIP, mesmo nos locais onde não há efetivamente a prestação do serviço público de energia elétrica. Segundo o entendimento mais recente do Superior Tribunal Federal (STF), **considera-se constitucional a criação da contribuição para custeio da iluminação pública**, conforme decisão proferida no Recurso Extraordinário nº 1.395.260/RJ, julgado em janeiro de 2024<sup>63</sup>. A Corte considerou que a cobrança dessa contribuição na fatura de energia elétrica não ofende ao art. 149-A, parágrafo único, da CF/88<sup>64</sup>, pois, segundo orientação fixada pela Suprema Corte no julgamento do RE nº 573.675-RG/SC (Tema nº 44 do e mentário da Repercussão Geral), “reconheceu-se a constitucionalidade da instituição, por lei municipal, de

---

<sup>60</sup> SERASA. *Conta de luz atrasada*: saiba como consultar e resolver o problema. [s. l.]: Serasa, 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/conta-de-luz-atrasada-saiba-como-consultar-e-resolver-o-problema/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>61</sup> SERASA. *Conta de luz atrasada*: saiba como consultar e resolver o problema. [s. l.]: Serasa, 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/conta-de-luz-atrasada-saiba-como-consultar-e-resolver-o-problema/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>62</sup> SERASA. *Conta de luz atrasada*: saiba como consultar e resolver o problema. [s. l.]: Serasa, 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/conta-de-luz-atrasada-saiba-como-consultar-e-resolver-o-problema/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>63</sup> A íntegra da decisão pode ser visualizada por meio do link: <https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2024/01/recurso-extraordinario-1.392.260.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

<sup>64</sup> “Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, observado o disposto no art. 150, I e III”. Ver, BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 12988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 mar. 2025.



contribuição para custeio da iluminação pública, cobrada na fatura de consumo de energia elétrica”.

Ademais, moradores de locais onde não há iluminação pública também devem pagar a COSIP, porque este tributo incide sobre a prestação de um serviço que é universal, ofertado em áreas de uso comum, independentemente de os usuários da rede usufruírem ou não deste melhoramento público<sup>65</sup>. Tal entendimento é baseado no posicionamento do STF quanto à natureza jurídica *sui generis*<sup>66</sup>, em que, por não se tratar de uma contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte, a COSIP pode ser cobrada de todos, por servir ao custeio geral do serviço de iluminação pública (TJSC, Apelação Cível n. 0303146-19.2017.8.24.0007, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. em 03/11/2020).

### Dúvida 10: O que é a TSEE? Como saber se tenho direito ao benefício?

A TSEE é um importante mecanismo que os consumidores de baixa renda possuem para garantir o acesso à energia elétrica. Criado por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002<sup>67</sup>, podem ser beneficiários<sup>68</sup>:

- Família inscrita no CadÚnico, cuja renda mensal *per capita* (por pessoa) seja menor ou igual a meio salário-mínimo (atualmente equivalente a R\$ 1.518<sup>69</sup>; portanto, até R\$ 759 por pessoa da família);

<sup>65</sup> Ver, TJSC, Apelação Cível n. 0303146-19.2017.8.24.0007, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. em 03/11/2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/09/morador-local-iluminacao-publica-tambem1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

<sup>66</sup> Expressão em latim que quer dizer “gênero próprio”.

<sup>67</sup> BRASIL. Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10438.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10438.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>68</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Tarifa Social. Brasília, DF: ANEEL, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/tarifas/tarifa-social>. Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>69</sup> MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Novos valores de contribuição e de benefícios com salário-mínimo para 2025. Brasília, DF: MPS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/centrais-de-conteudo/audios/novos-valores-de-contribuicao-e-de-beneficios-com-salario-minimo-para-2025>. Acesso em: 06 fev. 2025.

- Idosos com, no mínimo, 65 anos ou pessoas com deficiência (PCD), desde que recebam o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC); ou,
- Família inscrita no CadÚnico, cuja renda mensal seja de até três salários-mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência e cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para seu funcionamento, dependam do consumo de eletricidade.

Caso cumpram esses requisitos, **não é necessário que a família solicite ao Agente Executor sua inscrição no TSEE**. Após a entrada em vigor da Lei nº 14.203/2021, que tornou obrigatória a atualização do cadastro dos beneficiários da TSEE pelo Poder Executivo e pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica<sup>70</sup> e da assinatura do protocolo entre a ANEEL e o Ministério da Cidadania (MC), **a TSEE deve ser concedida de maneira automática**, desde janeiro de 2022, às famílias que têm direito<sup>71</sup>.

Os consumidores posicionados na subclasse Residencial Baixa Renda, conforme Tabela 5 abaixo, podem contar com a isenção, ou seja, não pagar a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e o custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)<sup>72</sup>. Além dessa isenção, esses consumidores podem obter descontos, **de forma cumulativa**, de acordo com o consumo mensal de sua UC. E, no caso de famílias indígenas e quilombolas inscritas no CadÚnico, que atendam os requisitos da TSEE, estas podem obter desconto de 100% até o limite de consumo de 50 kWh/mês. A Tabela 5, a seguir, sintetiza esses dados:

---

<sup>70</sup> BRASIL. *Lei nº 14.203, de 10 de setembro de 2021*. Altera a [Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010](#), para tornar obrigatória a atualização do cadastro dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.203-de-10-de-setembro-de-2021-344145396>. Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>71</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Tarifa Social*. Brasília, DF: ANEEL, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/tarifas/tarifa-social>. Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>72</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Tarifa Social*. Brasília, DF: ANEEL, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/tarifas/tarifa-social>. Acesso em: 06 fev. 2025.

**Tabela 5 – Descontos às Residências de Baixa Renda assistidas pela TSEE**

Grupos de consumidores	Parcela de consumo mensal de energia elétrica	Desconto
<b>B1 Subclasse Baixa Renda (Geral)</b>	de 0 a 30 kWh	65%
	de 31 kWh a 100 kWh	40%
	de 101 kWh a 220 kWh	10%
	a partir de 221 kWh	0%
<b>B1 Subclasse Baixa Renda (Indígenas e Quilombolas)</b>	de 0 a 50 kWh	100%
	de 51 kWh a 100 kWh	40%
	de 101 kWh a 220 kWh	10%
	a partir de 221 kWh	0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ANEEL (2023).

Outro gargalo na relação entre consumidores do TIX relatado pelo ISA é a falta de transparência e de informações quanto à TSEE e sobre o CadÚnico. Trata-se de um desrespeito à normativa do Governo Federal quanto ao dever dos Agentes Executores de “informar a todas as famílias atendidas pelo Programa Luz para Todos que se enquadram nas condições estabelecidas na Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, o seu direito à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE)” (item 4.3.1, inciso XXX)<sup>73</sup>. Embora a fornecedora de energia não seja obrigada a explicar sobre o CadÚnico, ela é obrigada a esclarecer adequadamente sobre a TSEE e informar ao consumidor como obter mais informações a respeito desses temas.

Além disso, são deveres dos Agentes a realização de levantamentos periódicos em sua área de concessão/permissão/autorização para identificação de novos consumidores a serem atendidos pelo programa LpT e dar publicidade, em linguagem acessível e em canais de comunicação adequados, “ao conteúdo do plano de gestão integrada e de gerenciamento de resíduos sólidos associados à implementação do Programa, incluindo os perigosos, nos termos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010” (item 4.3.1, incisos XXXI e XXXII)<sup>74</sup>.

<sup>73</sup> BRASIL. *Anexo à Portaria nº 801/GM, de 18 de setembro de 2024*: Manual de Operacionalização (Decreto nº 11.628, de 4/8/2023). Brasil: Presidência da República, p. 18, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual\\_de\\_operacionalizacao\\_lpt\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual_de_operacionalizacao_lpt_2024.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.

<sup>74</sup> BRASIL. *Anexo à Portaria nº 801/GM, de 18 de setembro de 2024*: Manual de Operacionalização (Decreto nº 11.628, de 4/8/2023). Brasil: Presidência da República, p. 18, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual\\_de\\_operacionalizacao\\_lpt\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual_de_operacionalizacao_lpt_2024.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.

O desrespeito a essas normativas podem ser levado à justiça para que providências sejam tomadas, a exemplo da Apelação Cível nº 1000361-33.2022.8.26.0453, julgada pela 35ª Câmara de Direito Privado, do Foro de Pirajuí (TJSP), em 21 de março de 2023. No caso, houve recusa pela concessionária de energia elétrica em conceder a TSEE a uma família de baixa renda que já estava incluída no CadÚnico. Diante disso, o juízo determinou que a concessionária recolhesse aos cofres públicos os valores que foram pagos indevidamente pelo consumidor e ordenou pagamento de indenização à família:

Como se vê, o fato de o consumo do imóvel do autor ter um consumo mensal superior a 220 kwh não é óbice para a aplicar o descontos (sic) previstos na Tarifa Social, pois os descontos serão aplicados dentro de cada faixa de consumo conforme previsto no art. 110 da Res. 414/2010, não sendo aplicado apenas na faixa que ultrapassar os 220 kwh/mês. Ante o exposto, é o caso de se reformar a r. sentença para julgar **procedente o pedido com a condenação da ré na obrigação de incluir o imóvel do autor no benefício da Tarifa Social (TSEE). Pela sucumbência, fica a ré condenada a recolher aos cofres públicos os valores que teriam sido gastos pelo autor a esse título, atualizados monetariamente desde quando teriam sido desembolsados, se não fosse beneficiário da gratuidade processual. Fica ainda condenada no pagamento de honorários advocatícios ao patrono do autor fixados, por equidade, em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), corrigidos desde a data deste julgamento e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado. Dou, pois, provimento ao recurso.** (grifo nosso)

### Dúvida 11: De quem é a responsabilidade quanto à manutenção das instalações dos sistemas instalados no TIX?

Segundo o programa LpT, compete aos Agentes Executores:

“prestar informações, de forma simples e acessível, aos novos consumidores sobre o uso adequado, seguro e eficiente da energia elétrica, além de alertá-los quanto aos cuidados necessários para sua utilização com segurança, de acordo com regulamentação da ANEEL” (item 4.3.1, inciso XXIV).

Não há previsão normativa de que eles sejam obrigados a arcar com os custos de manutenção das instalações<sup>75</sup>. Há jurisprudência recente no sentido de que a

---

<sup>75</sup> BRASIL. *Anexo à Portaria nº 801/GM, de 18 de setembro de 2024*: Manual de Operacionalização (Decreto nº 11.628, de 4/8/2023). Brasil: Presidência da República, p. 17, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt->

manutenção de instalações é de responsabilidade do consumidor, conforme acórdão proferido na Apelação Cível nº 1003795-21.2020.8.26.0220, julgado em março de 2022, pela 34ª Câmara de Direito Privado, do Foro de Guaratinguetá (TJSP) e na Apelação Cível nº 1000304-87.2019.8.26.0075, julgado em outubro de 2023, pela 34ª Câmara de Direito Privado, do Foro de Bertioga (TJSP), cuja redação é idêntica em ambos os acórdãos quanto a essa questão:

**Conforme a legislação destacada, incumbe ao consumidor providenciar a instalação e manutenção da estrutura física necessária ao fornecimento do serviço, em consonância com as normas técnicas aplicáveis.** Ainda de acordo com a Resolução, a regularidade das instalações internas da unidade consumidora deverá ser aferida no momento da ligação inicial ou da alteração nos níveis de fornecimento, cabendo à concessionária notificar o consumidor acerca da defasagem da estrutura, com vistas à sua adaptação. (grifo nosso)

#### 4. OUTRAS DÚVIDAS RESPONDIDAS PELO CDC

Algumas dúvidas apresentadas pelas lideranças do TIX ao ISA dizem respeito ao direito do consumidor, como as dúvidas referentes à transparência nas tarifas de energia cobradas em faturas de energia elétrica, como tem sido realizada a leitura de relógios medidores, de que forma os residentes das comunidades podem realizar contestações quanto a cobranças consideradas inadequadas, entre outros dissídios. Consumidor “é toda pessoa, física ou jurídica, que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final”<sup>76</sup>, cabendo ao Estado proteger os cidadãos brasileiros enquanto estiver na condição de consumidor (art. 5º, inciso XXXII, da CF/88). O consumidor pode contar com a proteção advinda da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conhecida como “Código de Defesa do Consumidor”<sup>77</sup>.

---

[br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual\\_de\\_operacionalizacao\\_lpt\\_2024.pdf](https://br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual_de_operacionalizacao_lpt_2024.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.

<sup>76</sup> COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE. *Manual e Código de Defesa do Consumidor*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, p. 12, 2023. Disponível em:

[https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/48029/1/Manual%20e%20Codigo%20de%20Defesa%20do%20Consumidor-mar23\\_A.pdf](https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/48029/1/Manual%20e%20Codigo%20de%20Defesa%20do%20Consumidor-mar23_A.pdf). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>77</sup> BRASIL. *Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.



A seguir, serão destacadas questões relacionadas: (i) à transparência nas tarifas e medição de consumo; (ii) aos procedimentos para contestação de cobranças e garantia de acesso a serviços adequados; e (iii) aos procedimentos para solicitar encerramento de vínculo contratual.

### 4.1. Transparência nas Tarifas e Medição de Consumo

Caso o consumidor perceba aumento no valor da fatura, ele pode procurar a distribuidora para que esta emita um Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), que deve conter o método utilizado por ela para realização de perícia metrológica, ou mesmo para que ela emita um relatório de avaliação técnica, especialmente nos casos em que se conste violação do medidor e dos equipamentos de medição de consumo<sup>78</sup>. Ambas as possibilidades estão dispostas no art. 590 da REN nº 1.000/2021 da ANEEL, que também prevê a necessidade de verificação e avaliação do histórico da UC e das grandezas elétricas, entre outras providências<sup>79</sup>.

É importante destacar que para que o TOI seja emitido é indispensável o acompanhamento do consumidor ou de alguém que esteja na UC durante a inspeção e, ao final, essa pessoa deve receber uma cópia legível do termo e assiná-la<sup>80</sup>. Trata-se de uma questão frequentemente abordada em âmbito judicial, com reconhecimento majoritário da jurisprudência de que um TOI lavrado sem acompanhamento e/ou assinatura do acompanhante de inspeção deve ser invalidado, conforme demonstra a jurisprudência:

---

<sup>78</sup> NÚCLEO DE PROMOÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR E DEMAIS OBRIGAÇÕES CÍVEIS. *Proteja seu Bolso: Cobrança Excessiva da Fatura de Energia Elétrica – O Que Fazer*. Campo Grande: NUCCON, [2021]. Disponível em: [https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nuccon/proteja-seu-bolso/2\\_ARTIGO\\_-\\_COBRANA\\_EXCESSIVA\\_DA\\_FATURA\\_DE\\_ENERGIA\\_ELTRICA.pdf](https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nuccon/proteja-seu-bolso/2_ARTIGO_-_COBRANA_EXCESSIVA_DA_FATURA_DE_ENERGIA_ELTRICA.pdf). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>79</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021*. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>80</sup> NÚCLEO DE PROMOÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR E DEMAIS OBRIGAÇÕES CÍVEIS. *Proteja seu Bolso: Cobrança Excessiva da Fatura de Energia Elétrica – O Que Fazer*. Campo Grande: NUCCON, [2021]. Disponível em: [https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nuccon/proteja-seu-bolso/2\\_ARTIGO\\_-\\_COBRANA\\_EXCESSIVA\\_DA\\_FATURA\\_DE\\_ENERGIA\\_ELTRICA.pdf](https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nuccon/proteja-seu-bolso/2_ARTIGO_-_COBRANA_EXCESSIVA_DA_FATURA_DE_ENERGIA_ELTRICA.pdf). Acesso em: 06 fev. 2025.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI). Apuração de fraude no consumo, com corte do fornecimento. Abusividade. Consumidora que discorda do procedimento adotado. Possibilidade de efetivo controle judicial da legalidade do procedimento administrativo, nos termos da Lei das Concessões e do Regulamento baixado pela ANEEL. Necessidade de observância do devido processo legal para a apuração e cobrança da dívida, com efetivo direito de defesa à parte consumidora. Inexigibilidade da cobrança fundada no TOI. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1015104-77.2016.8.26.0576; Relator (a): Carmen Lucia da Silva; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Foro de São José do Rio Preto - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/04/2017; Data de Registro: 02/06/2017);

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. DIREITO DO CONSUMIDOR, DIREITO ADMINISTRATIVO-REGULATÓRIO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONSUMO NÃO REGISTRADO (CNR) DE ENERGIA ELÉTRICA. ATUAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESOLUÇÃO Nº. 414/2010 – ANEEL. IMPERATIVIDADE DO ATO REGULATÓRIO. VALIDADE DA COBRANÇA. NECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. GARANTIA DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS PROBATÓRIO. INVERSÃO EM PROL DO CONSUMIDOR. 1. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: A determinação das balizas referentes a atuação das concessionárias de energia na inspeção para apuração de consumo não registrado (CNR) de energia elétrica e, consequentemente, a validade das cobranças de débito realizadas a partir dessas inspeções. 2. PRELIMINARES: 2.1. Os embargos de declaração não ultrapassam o juízo de admissibilidade próprio dos recursos, eis que não está atendido o requisito objetivo da tempestividade recursal. 2.2. A ANEEL apenas participa do IRDR na condição preconizada pelo art. 983, do CPC, vale dizer, como órgão interessado na resolução controvérsia de direito, e não como parte ou terceiro interveniente na demanda ajuizada. O "amigo da corte" não constitui parte no feito e, mesmo que possua poucas feições relacionadas à intervenção de terceiro, a este efetivamente não corresponde, de modo que não pode ser caracterizado como assistente ou oponente, na forma disciplinada pelo art. 109, I, do texto constitucional. 2.3. Depreende-se que o objeto do IRDR não corresponde à pretensão de invalidação de normas regulatórias, mas tão somente se as formas de atuação da CELPA atendem às determinações concretas inseridas naquele ato normativo editado pela autarquia. 2.4. Embora haja semelhanças entre a função plúrima do IRDR e os efeitos decorrentes das sentenças proferidas em ações (demandas) coletivas, não parece adequado conceituar o IRDR como um tipo de demanda (ação). Ademais, as ações civis públicas propostas perante a subseção judiciária paraense da Justiça Federal não apresentam causas de pedir e pedidos precisamente idênticos aos que se discute neste incidente processual. 2.5. Não há qualquer exigência legal de que o julgamento de admissibilidade do IRDR seja precedido de intimação pessoal da parte para se manifestar nos autos, até mesmo porque o juízo de admissibilidade do IRDR se restringe a verificação dos requisitos do art. 976, do CPC, sem implicar prejuízo efetivo. 3. Em relação às demandas que discutem a apuração de consumo de energia não registrado e, consequentemente, a validade das cobranças realizadas a partir dessas inspeções, fixa-se as seguintes teses: a) A formalização do Termo de Ocorrência de Inspeção

(TOI) será realizada na presença do consumidor contratante ou de seu representante legal, bem como de qualquer pessoa ocupante do imóvel no momento da fiscalização, desde que plenamente capaz e devidamente identificada; b) Para fins de comprovação de consumo não registrado (CNR) de energia elétrica e para validade da cobrança daí decorrente a concessionária de energia está obrigada a realizar prévio procedimento administrativo, conforme os arts. 115, 129, 130 e 133, da Resolução nº. 414/2010, da ANEEL, assegurando ao consumidor usuário o efetivo contraditório e a ampla defesa; e, c) Nas demandas relativas ao consumo não registrado (CNR) de energia elétrica, a prova da efetivação e regularidade do procedimento administrativo disciplinado na Resolução nº. 414/2010, incumbirá à concessionária de energia elétrica. (TJPA; Apelação Cível 0801251-63.2017.8.14.0000; Órgão Julgador: Tribunal Pleno; Vice-Presidência do Tribunal (Público e Privado); Data do Julgamento: 13/10/2017; Data de Registro: 13/10/2017);

Apelação Cível. Direito do Consumidor. Light. Primeiro apelado que desempenha microcomércio com carrocinha na entrada de comunidade. Energia elétrica não fornecida até julho/2021. TOI lavrado para recuperação de consumo. Corte indevido no fornecimento do serviço. Perícia não realizada. Inércia da concessionária. Débito que deve ser desconstituído. Verba por danos morais arbitrada em R\$5.000,00 em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Segundo apelado. Mero ajudante eventual do primeiro autor. Nome incluído no contrato indevidamente. Ausência de relação com a unidade consumidora, logo, não sofreu o corte, nem teve o nome negativado. Danos morais não configurados. Recurso que dá parcial provimento apenas para excluir da condenação por danos morais ao segundo apelado. (TJRJ; Apelação Cível nº 0020832-93.2021.8.19.0202; Des(a). CRISTINA SERRA FEIJO - Julgamento: 19/07/2022 - DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL).

Ademais, se o consumidor recusar o recebimento do TOI ou se não for o titular, mas uma terceira pessoa que tiver acompanhado o TOI, a distribuidora obrigatoriamente deve entrar em contato com o titular em até 15 dias da emissão do termo, por qualquer meio que comprove seu recebimento, para que o titular receba a cópia do TOI e demais informações previstas no *caput* do art. 591 da REN nº 1.000/2021 (§ 3º do art. 591)<sup>81</sup>.

Caso seja constatada irregularidade de medição, o art. 596 determina que a apuração do valor a ser indenizado ao titular será relativa ao período de duração da irregularidade, o qual só poderá ser determinado por meio de perícia técnica e pela

---

<sup>81</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021*. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

análise do histórico dos consumos de energia elétrica e demanda de potência. Ainda, se não for possível determinar o período de duração da irregularidade, a legislação impõe o máximo de seis ciclos imediatamente anteriores à constatação da irregularidade como limite (§ 1º do art. 596).

Ademais, no caso de falha de medidores, tal resolução dispõe que a distribuidora seja responsável técnica e financeiramente pelos equipamentos de medição na UC (art. 228, *caput*). Assim, é possível que o consumidor solicite a inspeção do sistema de medição de faturamento para verificação das condições de operação dos equipamentos com a legislação metrológica (art. 248, *caput*).

É necessário que o consumidor se atente ao prazo, pois a distribuidora tem o limite de até 30 dias para inspecionar a UC e tomar providências, conforme previsão dos arts. 250 a 254 desta resolução. Se o medidor e/ou outro equipamento estiver realmente com defeito, a distribuidora obrigatoriamente deve apurar a compensação do faturamento de energia elétrica, observando-se especialmente as arts. 256 e 257 da REN nº 1.000/2021:

Art. 256. Para fins de compensação do faturamento, o período de duração do defeito na medição deve ser determinado tecnicamente ou pela análise do histórico dos consumos de energia elétrica e demandas de potência.

Parágrafo único. Os prazos para compensação são de até:

- I - 3 ciclos, no caso de cobrança por medição a menor; e
- II - 60 ciclos, no caso de devolução por medição a maior.

Art. 257. Para compensação no faturamento no caso de defeito na medição, a distribuidora deve instruir um processo com as seguintes informações:

- I - ocorrência constatada;
- II - cópia legível do TOI;
- III - os números dos equipamentos e as informações das leituras do medidor retirado e instalado;
- IV - avaliação do histórico de consumo e das demais grandezas elétricas;
- V - relatório da inspeção do sistema de medição, informando as variações verificadas, os limites admissíveis e a conclusão final;
- VI - comprovantes de notificação, agendamento e reagendamento da inspeção;
- VII - relatório da verificação do medidor junto ao INMETRO ou órgão delegado, quando solicitada, informando quem solicitou e onde foi realizada;
- VIII - custos de frete, da inspeção e verificação atribuíveis ao consumidor e demais usuários;
- IX - critério utilizado para a compensação, conforme art. 255, e a memória descritiva do cálculo realizado, de modo que permita a sua reprodução, e as justificativas para não utilização de critérios anteriores;
- X - critério utilizado para a determinação do período de duração, conforme art. 256;

XI - valor da diferença a cobrar ou a devolver, com a memória descritiva de como o valor foi apurado; e

XII - tarifas utilizadas.

§ 1º A distribuidora deve armazenar no processo todas as notificações, reclamações, respostas e outras interações realizadas, bem como demais informações e documentos relacionados ao caso.

§ 2º O faturamento da compensação deve ser realizado conforme art. 325.

§ 3º A distribuidora deve parcelar o pagamento em número de parcelas igual ao dobro do período apurado ou, por solicitação do consumidor, em número menor de parcelas, incluindo as parcelas nas faturas de energia elétrica subsequentes.

§ 4º A distribuidora deve fornecer em até 5 dias úteis, mediante solicitação do consumidor, cópia do processo individualizado do defeito na medição.

§ 5º O processo individualizado do defeito na medição deve ser disponibilizado ao consumidor e demais usuários no espaço reservado de atendimento pela internet.

#### 4.2. Procedimentos para Contestação de Cobranças e Garantia de Acesso a Serviços Adequados

Há duas maneiras de solicitar a revisão das faturas de energia elétrica: administrativa ou judicialmente. Em âmbito administrativo, a distribuidora necessita ser capaz de atender ao público em diversas modalidades:

- presencialmente;
- por telefone;
- via internet;
- via correio eletrônico/e-mail;
- por meio de formulário eletrônico ou chat de mensagens disponíveis na sua página da internet ou por outro meio eletrônico; e,
- por meio da plataforma [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br), cuja manutenção é realizada pelo Ministério da Justiça<sup>82</sup>.

Em todos os casos, será disponibilizado ao consumidor um **protocolo de atendimento**, que deve ser anotado para que este possa ser usado em caso de necessidade de comprovação de solicitação de atendimento à concessionária e/ou à distribuidora de energia elétrica. E, caso o atendimento e/ou a solução ofertada não

---

<sup>82</sup> NÚCLEO DE PROMOÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR E DEMAIS OBRIGAÇÕES CÍVEIS. *Proteja seu Bolso: Cobrança Excessiva da Fatura de Energia Elétrica – O Que Fazer*. Campo Grande: NUCCON, [2021]. Disponível em: [https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nuccon/proteja-seu-bolso/2\\_ARTIGO\\_-\\_COBRANA\\_EXCESSIVA\\_DA\\_FATURA\\_DE\\_ENERGIA\\_ELTRICA.pdf](https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nuccon/proteja-seu-bolso/2_ARTIGO_-_COBRANA_EXCESSIVA_DA_FATURA_DE_ENERGIA_ELTRICA.pdf). Acesso em: 06 fev. 2025.



sejam satisfatórios, é possível acionar a ANEEL por meio de uma reclamação formal à sua Ouvidoria ([www.gov.br/aneel/pt-br/canais\\_atendimento/fale-conosco1](http://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco1)) ou ao órgão regulador estadual<sup>83</sup>.

Em âmbito judicial, há dois caminhos possíveis: (i) o juizado especial cível (JEC)<sup>84</sup> e (ii) a justiça comum.

No primeiro caso, o consumidor pode entrar com sua demanda diretamente em um JEC, desde que seja:

- uma pessoa física e maior de 18 (dezoito) anos;
- uma microempresa;
- uma associação civil de interesse público; ou
- uma sociedade de crédito ao microempreendedor.

O valor máximo da causa também não pode exceder 40 salários-mínimos (art. 3º, inciso I, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995<sup>85</sup>). Para ações em que o valor da causa seja inferior a 20 salários-mínimos é dispensável o acompanhamento de um advogado; mas, se for igual ou superior, sua presença é obrigatória (art. 9º, *caput*). Ademais, havendo interposição de recurso por qualquer das partes no processo, a presença do advogado também passa a ser obrigatória (art. 41, § 2º).

As concessionárias de energia elétrica podem ser rés nas ações impetradas no JEC<sup>86</sup> e o processo pode ser proposto: (i) em qualquer hipótese, no domicílio do réu ou, a critério do **autor**, no local onde ele exerça atividades profissionais ou

---

<sup>83</sup> NÚCLEO DE PROMOÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR E DEMAIS OBRIGAÇÕES CÍVEIS. *Proteja seu Bolso: Cobrança Excessiva da Fatura de Energia Elétrica – O Que Fazer*. Campo Grande: NUCCON, [2021]. Disponível em: [https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nuccon/proteja-seu-bolso/2\\_ARTIGO\\_-\\_COBRANA\\_EXCESSIVA\\_DA\\_FATURA\\_DE\\_ENERGIA\\_ELTRICA.pdf](https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nuccon/proteja-seu-bolso/2_ARTIGO_-_COBRANA_EXCESSIVA_DA_FATURA_DE_ENERGIA_ELTRICA.pdf). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>84</sup> BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>85</sup> BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>86</sup> Só podem ser rés das ações do JEC as pessoas jurídicas de Direito Público (como a União, os Estados, os Municípios, o Banco Central, entre outras personalidades jurídicas) e as empresas públicas da União (por exemplo, a Caixa Econômica Federal), conforme estabelecido no art. 8º e seguintes; por outro lado, podem ser rés as sociedades de economia mista (como o Banco do Brasil S.A., a Caixa Econômica Estadual, entre outras entidades). Ver, JUSBRASIL. *Juizado Especial Cível (JEC): Entenda como Funciona*. [s. l.]: JusBrasil, [2020]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/juizado-especial-civel-jec-entenda-como-funciona/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório (art. 4º, inciso I e parágrafo único); (ii) no lugar onde a obrigação deve ser satisfeita (art. 4º, inciso II) e no domicílio do autor ou no local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza (art. 4º, inciso III).

Ademais, para entrar com um processo no JEC é necessário que os pedidos contenham, no mínimo:

- nome, qualificação (nacionalidade, estado civil, ocupação, RG, CPF, entre outras informações) e o endereço das partes;
- fatos e fundamentos do problema;
- objeto (o que se pretende com a ajuda da Justiça em face o réu – por ex. indenização pela cobrança irregular de faturas de energia elétrica);
- valor do processo.

Por mais que o JEC represente uma solução viável e menos dispendiosa financeiramente ao autor da ação, nem sempre ela será a melhor opção para resolver litígios envolvendo questões energéticas, especialmente em virtude da dificuldade para compreender e acompanhar o processo sem a ajuda de um profissional (advogado). Na justiça comum, embora não seja possível entrar com um processo sem a participação de um advogado, é possível ao consumidor buscar a assistência jurídica da Defensoria Pública (DP), instituição permanente do Estado, cuja principal responsabilidade é a “**orientação jurídica**, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus – judicial e extrajudicial –, dos direitos individuais e coletivos, **de forma integral e gratuita**, aos necessitados” (art. 134, *caput*, da CF/88)<sup>87</sup>. Para ser assistido pela DP<sup>88</sup> é necessário que sejam levados alguns documentos, pessoais e relativos aos fatos:

---

<sup>87</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

<sup>88</sup> Todas as informações sobre a Defensoria Pública podem ser encontradas nos sites de cada estado brasileiro. Aos residentes no estado do Mato Grosso, pode ser acessado o site da DPMT. Ver, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO. *Quais documentos devo levar?* Mato Grosso: DPMT, [s. d.]. Disponível em: <https://www.defensoria.mt.def.br/dpmt/materiais-informativos/quais-documentos#texto>. Acesso em: 06 fev. 2025.

**Tabela 6 – Documentos Necessários**

<b>Documentos Pessoais para qualquer tipo de atendimento na Defensoria Pública</b>
Carteira de Identidade (RG, CNH ou Carteira Profissional) Cadastro de Pessoa Física (CPF) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), se for pessoa jurídica Última declaração de Imposto de Renda, se aplicável Comprovante de renda (contracheque, carteira profissional, ou declaração de próprio punho) Comprovante de residência (emitido nos últimos 3 meses)
<b>Documentos relativos aos fatos que serão questionados</b>
Faturas de energia que se deseja contestar (todas as que se deseja questionar) Histórico de consumo dos últimos 36 meses (se necessário, o consumidor pode solicitar à concessionária de energia elétrica seu histórico, com o objetivo de comparar a média de consumo e identificar possíveis inconsistências) Comprovante de providências administrativas (se houver), por exemplo, os protocolos de atendimento Documentos relevantes, como o TOI, fotos do medidor de energia e conversas com a concessionária, entre outros Outros documentos solicitados pelo Defensor Público

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da DPMT e do NUCCON.

Assim, observa-se que diversos podem ser os meios que consumidores podem questionar a respeito de suas faturas de energia e da forma com que podem fazê-lo, cabendo ao consumidor escolher o que melhor atende à sua realidade. Do mesmo modo, as disposições do CDC e os institutos criados pelo Estado brasileiro para auxiliar a população quanto às suas demandas, como a DP, os JECs, as ouvidorias – como a da ANEEL –, entre outras iniciativas, existem para facilitar a vida do consumidor, geralmente hipossuficientes em relações de consumo.

Além disso, as concessionárias vêm inovando na forma com que realizam cobranças em atraso: a Energisa, por exemplo, realizou uma campanha chamada “Negocia Energisa”, vigente até 3 de janeiro de 2025, em que permitiu o parcelamento em até trinta e seis vezes e concedeu desconto para clientes residenciais e pequenas empresas de todas as distribuidoras do Grupo<sup>89</sup>. Ainda que essa campanha não esteja mais vigente, é possível solicitar informações sobre parcelamento de fatura de

<sup>89</sup> GRUPO ENERGISA. *Energisa lança campanha de negociação com condições especiais*. Brasil: Energisa, 04 nov. 2024. Disponível em: <https://www.grupoenergisa.com.br/noticias/comunidade/energisa-lanca-campanha-de-negociacao-com-condicoes-especiais>. Acesso em: 24 fev. 2025.

energia elétrica por meio do site do Grupo Energisa<sup>90</sup>, conforme demonstrado a seguir:

**Figura 4 – Gisa: Assistente Virtual do Grupo Energisa**



Fonte: Energisa, 2025.

### 4.3. Procedimentos para Encerramento Contratual

A relação contratual entre a concessionária de energia elétrica e os titulares das UCs pode ser encerrada ante as seguintes hipóteses: (i) solicitação do consumidor; (ii) pedido de conexão ou de alteração de titularidade formulado por novo consumidor da UC; (iii) término da vigência do contrato (para contratos determinados); e (iv) rescisão ocasionada por desligamento de consumidor livre (art. 140, incisos I a IV, da RN 1.000/2021 da ANEEL). Após a solicitação de encerramento de vínculo, a distribuidora deve fornecer ao consumidor um comprovante do pedido de encerramento, seja por correspondência ou por meio eletrônico, sendo esta uma decisão do consumidor, para que este escolha o que melhor lhe atende (§ 5º do art. 140).

<sup>90</sup> Ver, GRUPO ENERGISA. *Gisa*. Brasil: Energisa, 2025. Disponível em: [http://gisa.energisa.com.br/?utm\\_source=canal%20corporativo&utm\\_medium=&utm\\_campaign=&utm\\_campaign=Inadimplencia&utm\\_content=&utm\\_term=7110&phone=557981010715&text=%5BOrigem:7110%5D.%20Oi%20Gisa,%20quero%20parcelar%20minha%20conta.%20Como%20fa%C3%A7o?&uf=ESE&subcampanha=Parcelamento](http://gisa.energisa.com.br/?utm_source=canal%20corporativo&utm_medium=&utm_campaign=&utm_campaign=Inadimplencia&utm_content=&utm_term=7110&phone=557981010715&text=%5BOrigem:7110%5D.%20Oi%20Gisa,%20quero%20parcelar%20minha%20conta.%20Como%20fa%C3%A7o?&uf=ESE&subcampanha=Parcelamento). Acesso em: 24 fev. 2025.

É importante salientar que a **distribuidora não pode condicionar o encerramento contratual à quitação ou negociação dos débitos**, pois ela pode apenas informar ao titular os débitos em seu nome (§ 6º do art. 140). Caso o encerramento seja autorizado, a distribuidora tem o dever de informar o consumidor sobre eventuais condições aplicáveis ao encerramento contratual e possíveis multas em caso de descumprimento de cláusulas contratuais de permanência mínima (§ 10º do art. 140). Além disso, a distribuidora pode ofertar ao titular uma opção de encerramento programado, que obrigatoriamente deve ser consentida pelo titular (§ 10º do art. 140).

Por outro lado, caso a distribuidora realize a cobrança de dois ciclos de faturamento e estes não forem quitados, a distribuidora pode, **mediante aviso prévio mínimo de 15 dias** ao consumidor, avisá-lo de que será realizada suspensão do fornecimento de eletricidade à UC e o fornecimento de energia elétrica será, portanto, interrompido (§ 1º do art. 140 da RN 1.000/2021). A notificação prévia pode constar na própria fatura de energia elétrica, como na Figura 5, abaixo:

**Figura 5 – Exemplo de “Aviso de Corte” em Fatura de Energia Elétrica**



Fonte: São Carlos Agora, 2020.



Caso um titular possua mais de um contrato em seu nome, a distribuidora deve orientá-lo sobre o encerramento contratual, pois, neste caso, a distribuidora analisará a possibilidade de encerramento solicitada, além das outras solicitações de alteração de titularidade ou de conexão nova (se houver) de outras UCs (§ 8º do art. 140). Por fim, a distribuidora deve manter em seu banco de dados informações sobre uma UC desativada até que um novo pedido de conexão seja realizado (§ 9º do art. 140).

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

Por meio desta pesquisa verificou-se que muitas questões narradas pelas lideranças indígenas são amparadas pelo CDC, como a necessidade de adequação técnica quanto aos sistemas instalados; a necessidade de transparência e comunicação sobre a composição nas tarifas de energia elétrica; e o direito à TSEE – que é um benefício automático de famílias cadastradas no CadÚnico. Ademais, é possível perceber que a norma consumerista tende a priorizar e facilitar o acesso do consumidor à justiça, garantindo-lhes subsídios – como a inversão do ônus da prova e o reconhecimento da hipossuficiência de consumidores na relação de consumo – para que possam exercer dos seus direitos.

Para tanto, há diversos canais que devem ser buscados por consumidores quanto às instituições envolvidas em atividades de exploração e distribuição de energia elétrica. Após verificação de conformidade com alguns critérios, os titulares podem ser assistidos pela assistência jurídica gratuita advinda da DP e terem maior facilidade em litígios judiciais, como no caso dos JECs. Também foi encontrada jurisprudência que contempla questões relacionadas à consulta prévia e à necessidade de respeito aos protocolos estabelecidos pela Convenção 169 da OIT, que prevê o direito das comunidades indígenas de participarem de decisões que as afetam diretamente.

Notoriamente, os problemas identificados no contexto da implementação do programa LpT no TIX não se limitam à esfera técnica, refletindo questões mais amplas de desigualdade no acesso a serviços essenciais e na formulação de políticas

públicas que frequentemente desconsideram as especificidades culturais e sociais das populações indígenas. Essas falhas resultaram em desconfiança e insatisfação por parte das comunidades, comprometendo o impacto positivo esperado do programa LpT.

Assim, esta pesquisa, conduzida pelo IDGlobal, buscou compreender essas dinâmicas e refletir sobre possíveis soluções jurídicas que respeitem os direitos das comunidades indígenas, promovam equidade no acesso à energia e fortaleçam a autonomia local. Ao articular conhecimentos técnicos, jurídicos e sociais, espera-se fortalecer o acesso à informação das comunidades do TIX, contribuir para o aprimoramento das políticas públicas existentes e fomentar um diálogo mais inclusivo entre comunidades indígenas, as concessionárias de energia, em especial a Energisa, órgãos governamentais e não-governamentais.

Nesse sentido, o IDGlobal recomenda:

- A realização de estudos técnicos capazes de averiguar qual a melhor tensão para a região, se é 127 ou 220V, em observância à REN nº 1.000/2021<sup>91</sup>, em especial os §§ 4º e 5º do art. 23, inciso III, que tratam, respectivamente, da possibilidade de consumidores solicitarem estudo de adequação sobre a tensão em suas UCs aos Agentes Executores e a necessidade de comunicação sobre os resultados dos estudos realizados pela concessionária aos consumidores.
- A realização de estudos técnicos capazes de averiguar a capacidade de geração de energia elétrica de um sistema voltaico em relação ao número de pessoas e de famílias assistidos por ele, como forma de garantir o fornecimento energético adequado aos consumidores.
- Que Agentes Executores incorporem em suas normas internas a necessidade de respeito ao direito de Consulta Prévia Livre e Informada de comunidades originárias e tradicionais, em conformidade à Convenção nº 169 da OIT.

---

<sup>91</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021*. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

- Que os Agentes Executores realizem conversas prévias com as comunidades do TIX e estudos técnicos para adequar o distanciamento necessário entre a instalação dos sistemas fotovoltaicos e as residências abastecidas por eles, de forma a prevenir acidentes e eliminar o sentimento de insegurança dos moradores.
- Que sejam adotados mais canais de informação e prestação de serviço informacional às comunidades do TIX, de maneira acessível e adequada às necessidades dessas populações, após deliberação em conjunto (residentes das comunidades e Energisa) sobre a melhor maneira de implementar esses canais e de que maneira eles devem ser utilizados.
- Que sejam produzidos materiais pelos Agentes Executores – com diferentes formatos (impressos e eletrônicos) – para facilitar a compreensão das comunidades quanto às normativas da ANEEL, bem como o que são órgãos de restrição ao crédito e quais as hipóteses em que Agentes Executores podem solicitar a inclusão dos titulares das UCs nessas plataformas.
- Que as concessionárias respeitem o Manual de Operações do programa LpT<sup>92</sup>, em especial quanto à inclusão de medidores de consumo (relógios), visando garantir o direito à informação previsto no art. 6º, inciso III do CDC.
- O desenvolvimento de materiais pelos Agentes Executores com diferentes formatos para facilitar a compreensão das comunidades sobre a composição das faturas de energia elétrica da Energisa e qual a periodicidade adequada à cobrança de, em respeito ao que determina a Seção IV da REN 1.000/2021.
- Respeito aos prazos, às atas e aos calendários estabelecidos em conjunto pelas comunidades do TIX e Energisa, em respeito ao princípio da autonomia indígena (art. 231, *caput*, da CF/88) e à Convenção nº 169 da OIT.
- Realização de mais capacitações por parte da Energisa quanto à formação de técnicos locais, capazes de resolver incidentes técnicos pontuais e que exigem

---

<sup>92</sup> BRASIL. *Anexo à Portaria nº 801/GM, de 18 de setembro de 2024: Manual de Operacionalização* (Decreto nº 11.628, de 4/8/2023). Brasil: Presidência da República, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual\\_de\\_operacionalizacao\\_lpt\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual_de_operacionalizacao_lpt_2024.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.

atenção imediata (respeitados o seu grau de dificuldade, caso seja inviável que o técnico local resolva, que seja encaminhado ao representante do Agente Executor).

- A realização de mais estudos pelos Agentes Executores, inclusive pela Energia, quanto os problemas das comunidades indígenas em relação à acessibilidade e ao uso da eletricidade, instigando-se o trabalho em conjunto, o respeito mútuo e a elaboração de possíveis soluções coletivas para esses desafios.
- O chamamento de órgãos como o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) para a defesa do direito dos povos originários e tradicionais, com ênfase na garantia do cumprimento das normativas da ANEEL e dos demais dispositivos legais que tratam da prestação do serviço público de energia elétrica no Brasil, bem como a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação por meio desses órgãos para acompanhar o progresso das ações propostas, assegurando sua implementação e efetividade.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021*. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20211000.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Tarifa Social*. Brasília, DF: ANEEL, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/tarifas/tarifa-social>. Acesso em: 06 fev. 2025.

ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA XINGU; INSTITUTO DE PESQUISA ETONAMBIENTAL DO XINGU; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL; FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU. *Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu*. TIX: ATIX et al., [2015]. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/acer-vo-projetos-cartilhas-outros/ISA-PNGATI-PGTA-Xingu.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 32a Ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. *Anexo à Portaria nº 801/GM, de 18 de setembro de 2024: Manual de Operacionalização* (Decreto nº 11.628, de 4/8/2023). Brasil: Presidência da República, p. 17, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual\\_de\\_operacionalizacao\\_lpt\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/normativos/arquivos/manual_de_operacionalizacao_lpt_2024.pdf). Acesso em: 07 fev. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003*. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4873.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm). Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11628.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.



BRASIL. *Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997*. Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9492.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9492.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002*. Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10438.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10438.htm). Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.203, de 10 de setembro de 2021*. Altera a [Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010](#), para tornar obrigatória a atualização do cadastro dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.203-de-10-de-setembro-de-2021-344145396>. Acesso em: 06 fev. 2025.

CANAL SOLAR. Sistema off-grid: como funciona? São Paulo: Canal Solar, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://canalsolar.com.br/sistema-off-grid-como-funciona/>. Acesso em: 26 fev. 2025

CARTÓRIOS DE PROTESTO SP. *Atraso na conta de luz pode gerar protesto em cartório; veja como limpar seu nome*. São Paulo: CPSP, [s. d.]. Disponível em: <https://protestosp.com.br/blog/atraso-conta-de-luz-pode-gerar-protesto-em-cartorio>. Acesso em: 06 fev. 2025.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE. *Manual e Código de Defesa do Consumidor*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2023. Disponível em:

[https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/48029/1/Manual%20e%20Codigo%20de%20Defesa%20do%20Consumidor-mar23\\_A.pdf](https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/48029/1/Manual%20e%20Codigo%20de%20Defesa%20do%20Consumidor-mar23_A.pdf). Acesso em: 06 fev. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO. *Quais documentos devo levar?* Mato Grosso: DPMT, [s. d.]. Disponível em: <https://www.defensoria.mt.def.br/dpmt/materiais-informativos/quais-documentos#texto>. Acesso em: 06 fev. 2025.

GRUPO ENERGISA. *Energisa lança campanha de negociação com condições especiais*. Brasil: Energisa, 04 nov. 2024. Disponível em: <https://www.grupoenergisa.com.br/noticias/comunidade/energisa-lanca-campanha-de-negociacao-com-condicoes-especiais>. Acesso em: 24 fev. 2025.

GRUPO ENERGISA. *Gisa*. Brasil: Energisa, 2025. Disponível em: [http://gisa.energisa.com.br/?utm\\_source=canal%20corporativo&utm\\_medium=&utm\\_campaign=&utm\\_campaign=Inadimplencia&utm\\_content=&utm\\_term=7110&phone=557981010715&text=%5BOrigem:7110%5D.%20Oi%20Gisa,%20quero%20parcelar%20minha%20conta.%20Como%20fa%C3%A7o?&uf=ESE&subcampanha=Parcelamento](http://gisa.energisa.com.br/?utm_source=canal%20corporativo&utm_medium=&utm_campaign=&utm_campaign=Inadimplencia&utm_content=&utm_term=7110&phone=557981010715&text=%5BOrigem:7110%5D.%20Oi%20Gisa,%20quero%20parcelar%20minha%20conta.%20Como%20fa%C3%A7o?&uf=ESE&subcampanha=Parcelamento). Acesso em: 24 fev. 2025.

GRUPO ENERGISA. *Perfil Corporativo*. Brasil: Energisa, [s. d.]. Disponível em: <https://ri.energisa.com.br/a-energisa/perfil-corporativo/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

GRUPO ENERGISA. *Quadro de Tarifas*. Brasil: Energisa, 2013. Disponível em: <https://www.energisa.com.br/Documents/PDF/quadro-de-tarifas-enf.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022*. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Brasil: IBGE, p. 12, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102004>. Acesso em: 03 dez. 2024.

INSTITUTO DE DEFESA DE CONSUMIDORES. *No Escuro da Floresta: Situação de Exclusão Energética na Amazônia Legal e Lacunas nas Políticas Públicas de Acesso à Energia*. São Paulo: IDEC, jul. 2024. Disponível em: [https://idec.org.br/pdf/Idec\\_Relatorio-Exclusao-Energetica-nos-SISOL.pdf](https://idec.org.br/pdf/Idec_Relatorio-Exclusao-Energetica-nos-SISOL.pdf). Acesso em: 05 fev. 2025.

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE. *Xingu Solar: Como a energia renovável pode beneficiar o Território Indígena do Xingu*. [s. l.]: IEMA, mar. 2019. Disponível em: [https://energiaeambiente.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio\\_xingusolar\\_1.pdf](https://energiaeambiente.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_xingusolar_1.pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Qual é a diferença entre povos e originários e povos tradicionais?* [s. l.]: ISA, 30 jan. 2024. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/qual-ediferenca-entre-povos-originais-e-povos-tradicionais>. Acesso em: 05 fev. 2025

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Terra Indígena Wawí. Brasil: ISA, 2007. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/6154>. Acesso em: 26 fev. 2025.

JUSBRASIL. *Juizado Especial Cível (JEC): Entenda como Funciona*. [s. l.]: JusBrasil, [2020]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/juizado-especial-civel-jec-entenda-como-funciona/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

KOIFMAN, Sergio. Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 413-423, mar./abr. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/X9cgs7g3nBn63SD3Cg85SpR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2025.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Novos valores de contribuição e de benefícios com salário-mínimo para 2025*. Brasília, DF: MPS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/centrais-de-conteudo/audios/novos-valores-de-contribuicao-e-de-beneficios-com-salario-minimo-para-2025>. Acesso em: 06 fev. 2025.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Luz para Todos atinge 17,5 milhões de pessoas nos 21 anos do programa*. Brasília, DF: MME, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/luz-para-todos-atinge-17-5-milhoes-de-pessoas-nos-21-anos-do-programa>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Luz Para Todos: Histórico do Programa*. Brasília, DF: MME, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/sobre-o-programa>. Acesso em: 06 fev. 2025.

NÚCLEO DE PROMOÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR E DEMAIS OBRIGAÇÕES CÍVEIS. *Proteja seu Bolso: Cobrança Excessiva da Fatura de Energia Elétrica – O Que Fazer*. Campo Grande: NUCCON, [2021]. Disponível em: [https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nucon/proteja-seu-bolso/2\\_ARTIGO\\_-\\_COBRANA\\_EXCESSIVA\\_DA\\_FATURA\\_DE\\_ENERGIA\\_ELTRICA.pdf](https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nucon/proteja-seu-bolso/2_ARTIGO_-_COBRANA_EXCESSIVA_DA_FATURA_DE_ENERGIA_ELTRICA.pdf). Acesso em: 06 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes*. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: <https://portal.antt.gov.br/conven%C3%A7ao-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PAO, Hsiao-Tien; FU, Hsin-Chia. Renewable energy, non-renewable energy and economic growth in Brazil. *Renewable And Sustainable Energy Reviews*, [s. l.], v. 25, p. 381-392, 2013. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/rensus/v25y2013icp381-392.html>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PORTAL SOLAR. *kWh: o que é kilowatts e como converter kW para KWh*. [s. l.]: Portal Solar, [s. d.]. Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/kw-e-kwh-qual-e-a-diferenca>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SÃO CARLOS AGORA. Consumidores reclamam de aviso de corte de energia em conta da CPFL. São Carlos: SCA, 2020. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/consumidores-reclamam-de-aviso-de-corte-de-energia-pela-cpfl/127024/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SAVOIA, Ricardo. *O gerenciamento do planejamento de mercado nas distribuidoras de energia elétrica: do racionamento ao ambiente regulado e livre de contratação de energia*. Dissertação (Mestrado em Energia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092009-112713/publico/Ricardo\\_Savoia\\_Defesa\\_VFinal.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092009-112713/publico/Ricardo_Savoia_Defesa_VFinal.pdf). Acesso em: 20 dez. 2024

SERASA. *Conta de luz atrasada: saiba como consultar e resolver o problema*. [s. l.]: Serasa, 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/conta-de-luz-atrasada-saiba-como-consultar-e-resolver-o-problema/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 37a Ed., revista e atualizada até a Emenda Constitucional n. 76, de 28.11.2013. São Paulo: Malheiros, 2014.

SOLSTÍCIO ENERGIA. *Tudo que você precisa saber sobre a Fatura e a Tarifa de Energia*. Campinas: Solstício, [s. d.]. Disponível em: <https://www.solsticioenergia.com/tudo-sobre-a-tarifa-e-a-fatura-de-energia-eletrica>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SOUZA, Hudson Ferracin de. *Alocação de recursos energéticos em uma comunidade de prosumidores*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica e Computação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4459>. Acesso em: 19 dez. 2024.

SUNERGIA. *O que deve constar em sua fatura de geração distribuída?* Brasil: Sunergia, 02 mai. 2024. Disponível em: <https://sunergia.com.br/blog/o-que-deve-constar-em-sua-fatura-de-geracao-distribuida/>. Acesso em: 26 fev. 2025.